

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

**PROXIMIDADE NOCIONAL E CODIFICAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DE
SINTAGMAS DATIVOS E LOCATIVOS/DIRECIONAIS**

Sarah Freitas Rabêlo

Brasília – DF
dezembro de 2013

Sarah Freitas Rabêlo

**PROXIMIDADE NOCIONAL E CODIFICAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DE
SINTAGMAS DATIVOS E LOCATIVOS/DIRECIONAIS**

Monografia apresentada à disciplina
Projeto de Curso para conclusão do curso
de graduação em Letras – português
(licenciatura) da Universidade de Brasília.

Orientadora: Dr. ^a Heloísa Maria Moreira
Lima Salles.

Brasília – DF
dezembro de 2013

"Ninguém educa ninguém; ninguém se educa sozinho. Os homens se educam em comunhão."

(Paulo Freire)

Resumo

Em vista da divergência que o português brasileiro (PB) e o português moçambicano (PM) apresentam em relação ao português europeu (PE) no que tange a seleção das preposições que introduzem o caso dativo, em predicados de transferência, e funções oblíquas relacionadas a verbos de movimento, este estudo levanta duas hipóteses para esclarecer as motivações de tais variações nessas variedades não-padrão do português: i. a proximidade semântica do dativo em predicados de transferência e de funções oblíquas com papel temático 'locativo/direcional' promoveu a extensão da preposição direcional 'para' para a marcação do dativo com papel de 'alvo/meta' no PB; ii. os dados do PM relativos a esses mesmos tipos de construções revelam usos semelhantes aos apresentados pelo PB. Nesse sentido, lança-se a hipótese de influência do contexto multilinguístico, existente tanto no Brasil quanto (ainda) em Moçambique durante a transmissão do português, como motivador de reanálises da codificação morfossintática de sintagmas dativos e locativos/direcionais.

Palavras-chave: preposição; dativo; locativo/direcional; contato linguístico.

Sumário

I. Introdução	06
II. Argumentos preposicionados: perspectivas teóricas acerca da transitividade e complementação	09
II.a. A gramática normativa de Celso Cunha & Lindley Cintra (2008)	09
II.b. A Teoria de Princípios & Parâmetros (1985)	14
II.c. A gramática descritiva de Mateus <i>et al.</i> (2003)	17
II.d. O estudo de Cançado (2009)	23
Considerações parciais	29
III. Análise de dados: as preposições introdutoras de sintagmas dativos e locativos/direcionais	31
III.a) No latim	31
III.b) No português europeu	34
III.c) No português brasileiro	37
III.d) No português moçambicano	46
IV. Considerações finais	53
V. Referências bibliográficas	54

I. Introdução

Entre as características que distinguem o português brasileiro (PB) do português europeu (PE) está a seleção das preposições que introduzem sintagmas dativos, em predicados de transferência, e que introduzem funções oblíquas (nucleares e não-nucleares)¹, conforme apresentam os estudos de Bispo (2004), Torres Morais & Berlinck (2007), Brito (2008), Lucchesi & Melo (2009), Torres Morais & Salles (2010), Armelin (2011), Torres Morais (2012), entre outros.

Enquanto a variedade europeia apresenta certa regularidade e rigidez quanto ao uso das preposições introdutoras desses tipos de argumentos, de forma que as construções dativas preposicionadas e os sintagmas direcionais são iniciados pela preposição 'a' ², o PB exibe um amplo quadro de variação, que abarca tanto a utilização das preposições 'a', 'para' e 'em' como introdutoras de sintagmas direcionais quanto das preposições 'a' e 'para' introduzindo o dativo, além da possibilidade de esse ser realizado sem preposição, quando em predicados de transferência, em alguns dialetos do PB. Os dados abaixo ilustram esses contrastes entre as variedades brasileira e europeia do português:

- | | |
|--|-------------------------------------|
| (1) Português europeu | |
| (1a) Dei um buquê de flores à Maria. | } dativo preposicionado |
| (1b) Dei-lhe um buquê de flores a ela. | |
| (1c) O João foi a Lisboa. | } sintagmas direcionais e locativos |
| (1d) Maria está na praia. | |
| (2) Português brasileiro | |
| (2a) Entreguei a carta ao/para o Pedro. | } dativo preposicionado |
| (2b) Entreguei o Pedro a carta. | |
| (2c) Dei ele o recado. | } dativo sem preposição |
| (2d) O João foi a/para o/no mercado. | } sintagmas direcionais e locativos |
| (2e) Meu filho tá no/pro Rio de Janeiro. | |

Tendo em vista que sintagmas dativos, com papel temático de 'alvo/meta', e sintagmas direcionais possuem certa proximidade semântica, com a ideia de transferência de algo ou para alguém ou para outro lugar, nossa hipótese de trabalho é a de que essa

1 Este estudo analisa a atribuição de caso dativo apenas em predicados de transferência material ou verbal/perceptual, como no exemplo (i), e utiliza o papel temático 'locativo/direcional' para se referir à função oblíqua nuclear subcategorizada por verbos de movimento, como em (ii): (i.) *João entregou o livro à/para Maria.* / *João disse a verdade à/para Maria*; (ii) *Os jovens foram ao/para o/no shopping.*

2 Embora o PE também apresente, ainda que com menor expressividade, a preposição 'para' como introdutora de sintagmas direcionais, não citamos exemplos desse uso porque, de acordo com Farias (2006), sua utilização acarreta um traço semântico de [+permanência] do movimento, o que não ocorre necessariamente nas variações encontradas no PB.

noção semântica é uma das motivações para o uso da preposição direcional 'para' como introdutora do dativo no PB.

Além do PB, Tarallo (1990) e Berlinck (2001) comprovam que ainda no latim já haviam interferências dessa proximidade nocional, tanto na atribuição de caso morfológico dativo em sintagmas direcionais como na utilização de preposições direcionais na atribuição de caso dativo, o que se efetivou no sistema gramatical do português, na passagem da preposição direcional *ad* do latim para a preposição multifuncional 'a' do português.

Essa proximidade semântica e o compartilhamento das mesmas formas preposicionais muitas vezes ocasiona problemas de classificação e análise dos diferentes tipos de complementos (objeto indireto *versus* função oblíqua) por parte de gramáticos e linguistas.

Por isso, este estudo considera que as problemáticas relacionadas à diferenciação de sintagmas dativos, denominados como “objetos indiretos” na tradição gramatical, e locativos/direcionais presentes na literatura advêm das semelhanças sintáticas e semânticas que esses tipos de predicados compartilham.

Em virtude disso, este estudo, no capítulo II, compara diferentes descrições gramaticais que envolvem a análise dos complementos preposicionados do português, observando-se os critérios de classificação e de diferenciação dos sintagmas dativos e locativos/direcionais apresentados: na gramática normativa de Cunha & Cintra (2008); no âmbito da Teoria Gerativa, com enfoque na Teoria de Caso e na Teoria de Papeis Temáticos apresentadas por Chomsky (1986), as quais postulam a maneira como os argumentos de um predicador verbal são licenciados na sintaxe e como recebem Caso e papel temático; na gramática descritiva de Mateus *et al.* (2003); e no estudo de Cançado (2009), em que a autora analisa criticamente os conceitos de estrutura argumental e complementação apresentados por gramáticos de cunho normativista e por linguistas gerativistas, de maneira a propor outros critérios de análise para construções preposicionadas do português. Após essas seções, são realizadas algumas considerações parciais sobre a crítica levantada por este estudo a partir do contraste dessas diferentes perspectivas teóricas.

Outra hipótese aqui levantada diz respeito à semelhança de uso que foi observado no PB e no PM, ambos divergindo do PE.

Tendo em vista que a literatura referente ao uso de preposições introdutoras de dativo e de locativos/direcionais no PM compreende que esses tipos de variação advêm do consistente contato entre a língua materna dos moçambicanos, línguas da família

Bantu (LB), e o português, este estudo também lança a hipótese de que o ambiente multilinguístico existente durante a transmissão do português no Brasil, que se deu de maneira irregular, pode ter sido determinante na formação do PB, bem como para a ocorrência da variação na escolha das preposições nos contextos sintáticos em questão.

Em virtude dessas questões, o capítulo 3 deste estudo dedica-se a descrever e a analisar dados do latim, do PE, do PB e do PM. Tanto os aspectos semânticos e sintáticos motivadores da variação, que pôde ser verificada ainda no latim, quanto as motivações advindas dos contatos linguísticos estabelecidos pelo PB e pelo PM com LB, resguardadas as particularidades do contato linguístico pertinentes a cada uma dessas variedades, apresentam indícios da maneira como essas variedades não-padrão da língua portuguesa reavaliaram os contextos sintáticos dativos e locativos/direcionais, gerando outras estratégias de codificação morfossintática.

Por fim, seguem-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

Este estudo pauta-se na Teoria de Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky, 1995), em que se estabelece que o conhecimento linguístico é inato, de maneira que todas as línguas compartilham os mesmos princípios, distinguindo-se pela marcação dos diversos parâmetros que cada língua seleciona.

Todos os dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica referente ao assunto, em perspectiva comparativa.

II. Argumentos preposicionados: perspectivas teóricas acerca da transitividade e complementação

Na literatura, muito se discute a respeito da classificação e da diferenciação dos argumentos preposicionados, sejam eles complementos ou adjuntos do predicador verbal.

Para melhor esclarecer as motivações que geram essas discussões, este capítulo aborda algumas perspectivas teóricas que tratam da transitividade e da complementação relativas aos argumentos preposicionados, objetivando-se analisar criticamente os critérios classificatórios de cada um destes estudos.

Assim, este capítulo está segmentado nas seguintes seções: II.a. trata da análise sobre a forma como os gramáticos normativistas Cunha & Cintra (2008) descrevem as relações predicativas que envolvem elementos preposicionais, bem como os conceitos que eles postulam a partir de suas descrições; em II.b. analisa-se como o quadro teórico gerativista, no âmbito da Teoria de Princípios & Parâmetros, considera as relações sintático-semânticas que interagem na estruturação de uma sentença, focalizando-se, aqui, a maneira como Chomsky (1986) compreende o papel das preposições em complementos e adjuntos; em II.c. realiza-se um levantamento sobre os conceitos expostos em Mateus *et al.* (2003), que seguem pressupostos da gramática gerativa sobre esse mesmo tópico de discussão; e em II.d. analisa-se o estudo de Cançado (2009), que revisa os conceitos de transitividade e complementação trazidos por gramáticas normativistas e gerativistas e propõe outros critérios de análise a partir das problemáticas encontradas pela autora.

Após essas seções, faz-se algumas considerações parciais, levantadas a partir da comparação entre todas as perspectivas teóricas apontadas neste capítulo.

II. a. A gramática normativa de Cunha & Cintra (2008)

Partindo de uma perspectiva semântica sobre transitividade, Cunha & Cintra (2008) separam os verbos em dois grupos: intransitivos e transitivos. O primeiro corresponde aos verbos em que “a ação não vai além do verbo”, nos termos de Cunha & Cintra (*idem*, p. 149). Já o segundo grupo, dos verbos transitivos, se caracteriza pela exigência de “certos termos para complementar-lhes o significado” (*idem*, p. 150). Nesse sentido, os autores elencam os seguintes exemplos de verbos intransitivos e transitivos respectivamente:

(3) Sobe a névoa... a sombra desce...

(4) Ele não me agradece, nem eu lhe dou tempo.

Percebe-se que ambas as denominações acima apresentadas partem de princípios

semânticos, de modo que o conceito de transitividade desses gramáticos se restringe aos sentidos veiculados pelos verbos e suas relações com possíveis complementos.

A respeito da maneira como os verbos transitivos selecionam seu(s) complemento(s), Cunha & Cintra (*idem*) separam os verbos nos seguintes grupos classificatórios:

- verbos transitivos diretos: quando a ação expressa pela verbo transmite-se diretamente ao objeto, sem o auxílio de preposição: (5) Vou ver o doente;
- verbos transitivos indiretos: quando a ação expressa pelo verbo é transmitida ao objeto por intermédio de preposição: (6) Perdoem ao pobre tolo;
- verbos simultaneamente transitivos diretos e indiretos: segundo os autores, estes tipos de verbos “requerem simultaneamente objeto direto e indireto para completar-lhes o sentido” (p. 151), como em: (7) O sucesso do seu gesto não deu paz ao Lomba.

Em virtude dos objetivos do presente trabalho, serão analisados apenas esses dois últimos grupos acima citados, para se compreender de que maneira esses gramáticos concebem a relação entre o verbo, a preposição e o complemento.

Se tomada a denominação de verbo transitivo indireto exposta por Cunha & Cintra (*idem*), pode-se inferir que os verbos *chegar*, *sair*, *ir*, por exemplo, deveriam ser transitivos indiretos, já que exigem um termo para completar seu sentido (quem chega, chega a algum lugar; quem sai, sai de algum lugar; quem vai, vai a algum lugar) e a relação entre esse termo e o verbo é intermediada por uma preposição.

No entanto, Cunha & Cintra (*idem*) entendem que esses verbos não precisam necessariamente de termos para completar-lhes o sentido, de modo que esses possíveis termos que os seguem são classificados como “adjuntos adverbiais”, por possuírem caráter facultativo em oposição ao caráter obrigatório dos objetos indiretos. Ainda assim, essa explicação puramente semântica não soluciona a problemática apontada, já que o falante tanto pode omitir um adjunto adverbial (8) quanto um objeto indireto (9), sem que o sentido da oração seja prejudicado, premissa que norteia a diferenciação entre objeto indireto e adjunto adverbial de Cunha & Cintra (*idem*):

(8) Maria chegou cansada.

(9) O professor entregou as notas do semestre.

Essa mesma problemática pode ser apontada na parte que trata da “variabilidade da predicação verbal”, que corresponde, segundo os autores, às variadas formas de emprego de verbos que resultam em diferentes predicções verbais. Pautando-se nisso, Cunha & Cintra (*idem*, p. 152) exemplificam essa variabilidade da seguinte maneira:

(10) Perdoai sempre. [= intransitivo]

(11) Perdoai as ofensas. [= transitivo direto]

(12) Perdoai aos inimigos. [= transitivo indireto]

(13) Perdoai as ofensas aos inimigos [= transitivo direto e indireto]

Os exemplos (10 – 13) mostram-se ineficazes no esclarecimento sobre a predicação verbal, haja vista que, mesmo o verbo não apresentando qualquer alteração semântica, Cunha & Cintra (idem) estabelecem uma classificação que parte puramente da presença *versus* ausência de determinados termos aparentes após o verbo, o que, como explicado anteriormente, não é suficiente para a definição das relações entre verbo e complemento.

Tendo em vista que somente os predicados transitivos indiretos e transitivos diretos e indiretos exigem termos introduzidos por uma preposição para que seu sentido fique completo, passamos, então, a analisar a descrição de Cunha & Cintra (idem, p. 157 – 159) sobre os complementos preposicionados, definidos pelos autores como:

- **Objeto indireto:** complemento ligado ao verbo por preposição. Embora seja essa a primeira definição dada pelos gramáticos, há uma observação relativa ao uso dos pronomes pessoais oblíquos (me, te, lhe, nos, vos, lhes) como objeto indireto, o que rompe com o suposto “padrão” da necessária interveniência de preposição entre o verbo e objeto para que esse seja classificado como indireto;
- **Objeto indireto pleonástico:** esse tipo de construção, dito “pleonástico” pelos gramáticos em questão, é encarado como um recurso de estilo, que visa ao realce do objeto. Não há qualquer menção a exigências sintáticas para a ocorrência desse tipo de construção.

Além de Cunha & Cintra (idem) não considerarem, em qualquer momento da descrição, condicionamentos sintáticos que ordenam a estrutura argumental de um verbo, ainda realizam uma análise semântica altamente superficial ao tratarem alguns conceitos como simples alterações de estilo, que estão disponíveis à vontade dos falantes, como no caso do objeto indireto pleonástico.

Contra essa visão simplista, a análise de Torres Morais (2007) esclarece que há, no PE, padrões sintáticos que regem as chamadas “construções de redobro”, de modo que não se trata da vontade individual de um falante, mas da estrutura gramatical compartilhada por toda aquela comunidade linguística.

Assim, o exemplo (14), adotado por Cunha & Cintra (idem, p. 159) para exemplificar a realização do objeto indireto pleonástico, se tornaria agramatical se o complemento preposicionado não estivesse em posição de tópico, ou seja, deslocado

para o início da sentença, como em (14'), o que comprova a existência de padrões sintáticos que condicionam a ocorrência desse tipo de construção:

(14) Aos meus escritos, não lhes dava importância nenhuma.

(14') *Não lhes dava importância nenhuma aos meus escritos.

Além disso, Torres Morais (*idem*) argumenta que, apesar das construções de redobro serem bastante produtivas no PE, há muito tempo entraram em desuso no PB, o que retoma a polêmica sobre o fosso existente entre o uso corrente de padrões gramaticais do PB em detrimento da descrição antiquada que muitas gramáticas normativas insistem em fazer. (cf. Negrão, Franchi & Müller, 1998; Bagno, 2001)

Ainda que não fique claro na descrição de Cunha & Cintra (*idem*) a diferença gramatical entre objeto indireto e adjunto adverbial, já que, como citado anteriormente, ambos completam o sentido de um verbo e são encabeçados por preposição, os gramáticos introduzem a seguinte observação ainda ao tratarem do conceito de objeto indireto:

Enquanto a preposição que encabeça o ADJUNTO ADVERBIAL possui claro valor significativo, a que introduz um OBJETO INDIRETO apresenta acentuado esvaziamento de sentido. Comparem-se estes exemplos: Cantava **para os amigos**. / Não duvides **de mim**. / Viajou **para São Paulo**. / Não saias **de casa**. (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 159, grifos dos autores)

Embora os autores ressaltem que a diferença entre as preposições que introduzem o objeto indireto e o adjunto adverbial resida na função de elo sintático que elas têm no primeiro caso e de indicação de “lugar” no segundo, de acordo com os exemplos descritos na citação acima, ainda não fica esclarecida essa diferença. Por isso, buscou-se em Cunha & Cintra (*idem*) análises sobre o papel das preposições no contexto sintático da complementação.

Na definição de Cunha & Cintra (*idem*, p. 569), as preposições são palavras invariáveis, ou seja, que não se flexionam em número nem em gênero, e têm o papel de relacionar dois termos de uma oração. Assim, o termo antecedente à preposição é explicado ou completado pelo termo conseqüente à preposição.

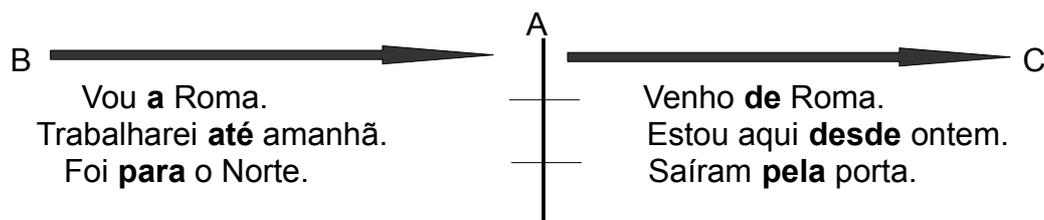
Durante a abordagem sobre a significação das preposições, os autores destacam que a relação estabelecida pelas preposições pode implicar movimento ou uma situação resultante do movimento, como nos exemplos:

(15) Vou a Roma.

(16) Todos saíram de casa.

Complementando sua explicação, Cunha & Cintra compreendem que as preposições que indicam movimento relacionam-se a um ponto limite (A), que intermedeia tanto as relações de aproximação (B → A) quanto de afastamento (A → C), conforme a

imagem reproduzida abaixo (extraída de Cunha & Cintra, 2008, p. 571):



Prosseguindo, Cunha & Cintra (idem) abordam a função relacional das preposições. Segundo eles, as preposições podem se ligar a termos acessórios (17) ou a termos integrantes (18):

(17) Viajei com Pedro.

(18) Concordo com você.

Dessa maneira, em (17) a preposição possui um conteúdo semântico forte que estabelece uma relação de “companhia”. Já em (18), a preposição cumpre a função de um “elo relacional”, esvaziada de conteúdo semântico. Contudo, Cunha & Cintra destacam que mesmo as preposições relacionais, que são obrigatórias em predicados como (18), devem conter certo conteúdo semântico:

Cumpra, no entanto, salientar que as relações sintáticas que se fazem por intermédio de PREPOSIÇÃO OBRIGATÓRIA selecionam determinadas PREPOSIÇÕES exatamente por causa de seu significado básico. Assim, o verbo *concordar* elege a PREPOSIÇÃO *com* em virtude das afinidades que existem entre o sentido do próprio verbo e a ideia de 'associação' inerente a *com*. (Cunha & Cintra, 2008, p. 573, grifos dos autores)

Partindo, então, dos vínculos estabelecidos pelos termos acessórios e integrantes e a função relacional das preposições, Cunha & Cintra (idem) separam três tipos de relações:

- **Relações fixas:** usos que foram cristalizados com o passar do tempo: (19) Então, sigo em frente até dar com eles ;
- **Relações necessárias:** em que a preposição cumpre uma função sintática junto ao complemento: (20) vontade de Deus / (21) fui a Cambrigde;
- **Relações livres:** quando é facultado o uso da preposição: (22) Encontrar com um amigo / Encontrar um amigo.

Analisando essas definições, é possível notar que as relações fixas e livres são fundamentadas no uso. Em contrapartida, as relações necessárias são condicionadas por um contexto sintático, no qual a seleção da preposição funciona como elo relacional entre predador e complemento, inclusive sendo (21) um exemplo de relação necessária, o que é incoerente com a própria distinção que os autores fazem entre a preposição que introduz o objeto indireto e a preposição que introduz o adjunto adverbial.

Além disso, percebe-se que, a respeito das relações livres, a presença *versus* ausência da preposição pode causar alterações semânticas severas, de maneira que o exemplo (22) pode ser sinônimo de “comparecer a um encontro que fora marcado entre uma pessoa e seu amigo”, diferentemente de “encontrar um amigo”, que pode significar “resultado final da procura por um amigo”, e não necessariamente “encontro/reunião”. Essas alterações também não foram contempladas na descrição de Cunha & Cintra (*idem*).

Percebendo, então, que a classificação de relações necessárias é problemática, pois abarca tanto complementos considerados essenciais à transitividade verbal (20) quanto os considerados acidentais, não necessários ao entendimento da oração (21), Cunha & Cintra também se manifestam a favor da necessidade de revisão por parte da Nomenclatura Gramatical Brasileira:

A Nomenclatura Gramatical Brasileira não distingue os advérbios e locuções adverbiais de valor puramente acidental dos que são necessários ao entendimento da oração. Considera, pois, ADJUNTO ADVERBIAL, ou seja um termo acessório dela, o COMPLEMENTO DIRECIONAL que aparece em frases como Fui a Cambridge, Vim de Lisboa, Voltei do colégio. Julgamos que a Nomenclatura deve ser revista neste ponto e que Antenor Nascentes tem razão quando afirma que, “tratando-se de verbos intransitivos de movimento, o complemento de direção não pode ser considerado elemento meramente acessório”. (Cunha & Cintra, 2008, p. 575)

Essa proposição de Cunha & Cintra (*idem*), bem como a de Antenor Nascentes por eles citada, é de extrema importância, pois demonstra certa preocupação de distinção entre argumentos que, sintaticamente, não funcionam da mesma maneira e, por isso, não podem ser generalizados e agrupados em uma denominação comum.

Portanto, suscitar problemáticas que estão envolvidas com a perspectiva normativa de descrição gramatical do português evoca a necessidade de se repensar conceitos e nomenclaturas inadequadas mas ainda vigentes.

Importa também enfatizar que a evolução das línguas é um processo contínuo e ininterrupto, que tem motivações internas e externas, de modo que qualquer descrição gramatical deva levar isso em consideração.

II. b. A Teoria de Princípios & Parâmetros

Partindo dos pressupostos do programa gerativista, que considera a linguagem como uma faculdade mental inerente aos seres humanos e diferenciadora destes em relação aos demais seres vivos, Chomsky (1986) discute a diversidade das línguas a partir da Teoria de Princípios & Parâmetros, doravante P&P.

Segundo essa teoria, todas as línguas compartilham os mesmos *princípios*, pelos quais a Faculdade de Linguagem é composta. A diferença apresentada pelas diversas as

línguas faladas no mundo advém da marcação dos diversos *parâmetros* possíveis, que, diferentemente dos princípios, são mais flexíveis e abertos.

Esse processo de fixação dos parâmetros de uma dada língua acontece ainda durante a infância, enquanto a criança está em fase de aquisição da língua e de estabilização de sua gramática. Tanto o processo de aquisição da língua quanto de estabilização da gramática ocorrem de acordo com o *input* (dados de entrada) ao qual a criança está exposta.

Justamente na fase de aquisição da língua que ocorrem as mudanças translinguísticas, pois o *input* recebido pela criança não engloba todas as informações suficientes para a construção plena da gramática da língua, o que é denominado como “pobreza de estímulo” dentro da teoria de P&P. Assim, a criança realiza deduções e reanálises tanto por meio dos dados que recebe como pelo conhecimento inato que possui, partindo dos *princípios universais*, o que ocasiona, muitas vezes, a produção de padrões linguísticos divergentes em relação ao uso dos adultos.

Um exemplo ilustrativo de “pobreza de estímulo” no português está na realização de verbos com flexão temporal irregular, como, por exemplo, o verbo *caber*. É comum encontrar crianças que realizam a forma “*cabeu*”, pois elas generalizam a regra de desinência flexional singular de 3ª pessoa do pretérito perfeito dos verbos tradicionalmente denominados como de “2ª conjugação” (comer > comeu; correr > correu; fazer > “*fazeu*”; caber > “*cabeu*”).

Tendo em vista que a Faculdade de Linguagem é composta por diversos módulos, abordar o módulo referente à distribuição dos sintagmas nominais na estrutura oracional, ou seja, a Teoria do Caso, se faz necessário aos interesses do presente trabalho.

Na Teoria de Caso, Chomsky (1986) considera a existência de Caso abstrato, presente em todas as línguas independentemente de suas morfologias, e de caso morfológico, que é a realização morfológica dos casos (nominativo, acusativo, dativo etc) presente apenas em algumas línguas, como o latim, o alemão e o grego, por exemplo.

A importância da abordagem do Caso abstrato reside em compreender que mesmo as línguas sem marcação morfológica de caso, como o português, possuem padrões sintáticos que permitem ou não a ocorrência dos SNs em determinadas posições.

Nesse sentido, são três os Casos existentes no português: nominativo, acusativo e oblíquo. Todos os sintagmas de uma sentença devem receber Caso, já que isso é o que permite a visibilidade do papel temático a eles atribuído na estrutura sintática, conforme a denominada “condição de visibilidade” apresentada pela Teoria de Caso.

É por meio das relações de correspondência estabelecidas entre Caso (nível

sintático) e papel temático (nível semântico) que o sintagma poderá exercer determinada função sintática, como exemplificado abaixo:

(23) O criminoso tentou fugir.

(24) *A pedra tentou fugir.

A sentença (23) é gramatical porque satisfaz as relações predicativas estabelecidas pelo núcleo verbal “*tentou*”, já que o sintagma nominal (SN) [*O criminoso*] recebe caso nominativo e condiz com a função semântica de [+agente] que deve ser exercida pelo SN em posição sujeito. Em contrapartida, a agramaticalidade de (24) encontra-se justamente no fato de que o SN [*A pedra*] não atende ao critério de seleção temática do predicador, apesar de estar em conformidade com o princípio do filtro de caso, que determina a posição sintática que o SN ocupará a depender do Caso recebido.

Dessa maneira, a posição do SN com Caso nominativo dentro da sentença permite a identificação de sua função sintática também por meio de seu papel semântico. Ou seja, existem condições sintático-semânticas específicas para que um sintagma desempenhe determinada função gramatical em uma estrutura argumental.

Em virtude dos objetivos do presente trabalho, o Verbo e a Preposição, como categorias que atribuem Caso, serão analisados em suas particularidades.

O Verbo, assim como as demais categorias, atribui Caso a somente um DP³. Se o Verbo seleciona apenas um argumento interno (25), esse receberá o Caso acusativo; se o Verbo selecionar dois argumentos internos (26), o primeiro receberá Caso Acusativo diretamente do Verbo e o segundo receberá Caso oblíquo através da preposição que o introduz:

(25) João viu a menina.

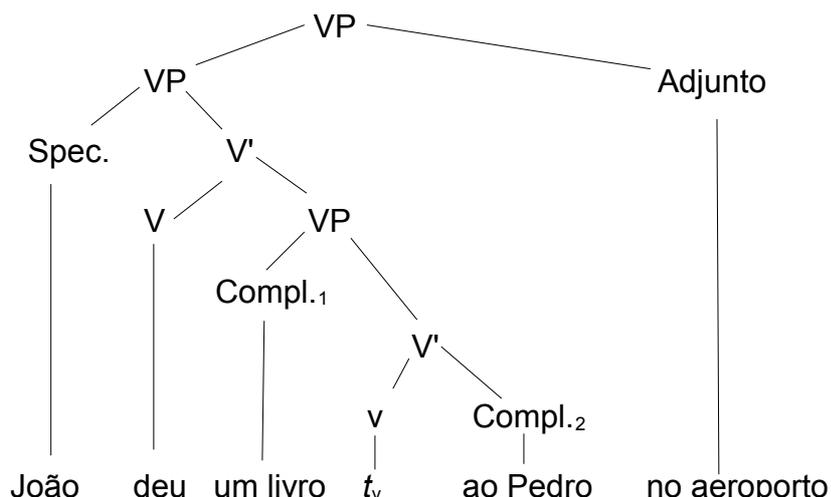
(26) João enviou a carta à menina.

Ressalta-se que a preposição em (26) é um item funcional, diferentemente de Preposições predicadoras, que, por serem núcleos lexicais, atribuem Caso e papel temático ao PP oblíquo, conforme salienta Chomsky (1986). Como item funcional, portanto, não atribui papel temático ao complemento, sendo o Verbo responsável por essa função.

Explicitando esses mesmos pressupostos de P&P, a projeção sintática proposta por Silva (2007) apresenta claramente a distinção de como o argumento interno do verbo ocupa uma posição estrutural diferente da ocupada por uma função oblíqua não-nuclear, que está em posição de adjunção e é introduzida por uma preposição lexical, como

3 DP corresponde à abreviação da forma inglesa “*Determiner Phrase*” (sintagma determinante) utilizada na literatura gerativista. Ao longo deste trabalho são citadas outras abreviações advindas do quadro teórico gerativista, como VP (“*Verbal Phrase*”) e PP (“*Prepositional Phrase*”).

representado abaixo⁴:



Observa-se que, enquanto os argumentos internos (Compl.₁ e Compl.₂) são projetados no interior de VP, o PP adjunto encontra-se em uma posição “marginal”, o que comprova os diferentes estatutos sintáticos de complementos e adjuntos.

Essa breve exposição sobre alguns conceitos trazidos por P&P são necessários para o entendimento sobre a abordagem feita por outros autores apresentados neste estudo, tais como Mateus *et al.* (2003), Cançado (2009), Torres Morais (2012), entre outros.

Assim, em consonância com P&P, este estudo defende que o léxico, em articulação com a estrutura argumental, constrói a estrutura sintática. Ou seja, no âmbito das relações sintático-semânticas exploradas por Chomsky (1986) pode-se estabelecer alguns conceitos e critérios de análise que não são contemplados por alguns estudiosos da língua, como foi possível constatar na análise sobre descrição normativa de Cunha & Cintra (2008), que, muitas vezes, negligencia os princípios sintáticos que norteiam a formulação de uma sentença.

II. c. A gramática descritiva de Mateus *et al.* (2003)

Tomando como ponto de partida o conceito de predicação exposto por Mateus *et al.* (2003), entende-se que predicar significa atribuir propriedades a certa entidade ou estabelecer relações entre entidades, conforme os exemplos abaixo:

(27) O João é inteligente.

(28) O João escreveu um artigo.

Em (27) fica evidente que o predicado “inteligente” está associado a “João”, atribuindo-lhe uma propriedade. Em (28), a relação entre “João” e “artigo” é intermediada

⁴ Silva (2007) ressalta que, dentro do quadro teórico gerativista, há diversas propostas de projeção sintática de predicados com dois argumentos internos. A projeção aqui citada foi proposta por Larson (1988 apud Silva, 2007) e é a adotada por Silva (*idem*) em seu estudo.

pelo verbo ou, vista de outro modo, a relação entre “escrever” e “artigo” é realizada por “João”.

Dessa maneira, a predicação pode ser entendida no âmbito das relações entre sujeito e predicado, como tradicionalmente se concebe, ou nas relações estabelecidas entre um núcleo lexical (Nome, Verbo, Adjetivo, Preposição, Advérbio) e seus argumentos, como expõem Mateus *et al.* (idem).

Mas, para descrever a organização de uma estrutura argumental, Mateus *et al.* (idem) primeiramente destacam a necessidade de se estabelecer a diferença entre argumentos e adjuntos.

Segundo as autoras, os adjuntos fazem parte da oração, mas não dependem de nenhum item lexical e, portanto, são facultativos na construção das sentenças, como nos exemplos abaixo, em que os termos externos aos colchetes são adjuntos:

(29) Os atletas partiram para Estocolmo
desembarcaram em Lisboa } ontem à noite
treinaram }

(30) Vi muitos quadros de Monet }
Encontrei o Paulo } no Museu Marmotan
Roubaram-me a carteira }

Quanto aos argumentos, Mateus *et al.* (idem) realizam as seguintes distinções:

- **Verdadeiros argumentos:** devem estar sintaticamente realizados: (31) Os atletas comeram bife grelhado ontem à noite;
- **Argumentos por defeito:** participam da descrição do significado da palavra predicativa e não são obrigatórios na construção sintática: (32) O arquiteto construiu a marquise com tijolos de vidro ;
- **Argumentos sombra:** estão semanticamente ligados ao predicator, mas também não lhe são necessários: (33) Dormimos um sono reparador.

Privilegiando, então, a análise apenas dos verdadeiros argumentos para estabelecer a quantidade de argumentos que são licenciados sintaticamente por um predicator, Mateus *et al.* (idem) classificam os predicadores verbais da seguinte maneira:

- verbos com zero argumentos: (34) Hoje amanheceu às 5 horas;
- verbos com um argumento, em que se incluem os intransitivos e inacusativos: (35) [Maria] gritou porque teve um pesadelo / (36) [O menino] nasceu à noite ;
- verbos com dois argumentos: (37) [O Flamengo] venceu [o Vasco] em casa;

- e verbos com três argumentos: (38) [Pedro] emprestou [seu livro de matemática] [ao João].

Mateus *et al.* (idem) explicam que essas classificações, referentes à quantidade de argumentos requeridos por um predicador verbal, são de natureza semântico-lexical, mas isso não descarta a permanente interação entre sintaxe e semântica que se estabelece na gramática, haja vista que as propriedades semânticas dos lexemas também são responsáveis pelo estabelecimento ou não de relações estruturais entre determinados argumentos.

Além disso, Mateus *et al.* (idem) acrescentam que os predicadores estabelecem uma seleção categorial dos argumentos, de modo que a infringência desse princípio resulta em agramaticalidade, conforme exemplificam:

(39) [O João]_{SN} acredita [em fantasmas]_{SP} / *[O João]_{SN} acredita [fantasmas]_{SN}

(40) [O empregado]_{SN} aborreceu [todos os clientes]_{SN} / *[O empregado]_{SN} aborreceu [a todos os clientes]_{SP}

Os exemplos (39 – 40) demonstram que o predicador verbal exige categorias sintáticas específicas em sua estrutura argumental, de maneira que o verbo *acreditar* necessita de um sintagma preposicional (SP) como complemento, assim como o verbo *aborrecer* exige um sintagma nominal (SN), de maneira que a violação desses princípios gera sentenças agramaticais.

Também deve-se considerar que os predicadores atribuem papel temático a cada argumento que selecionam, ou seja, indicam o tipo de relação semântica que estabelecem com seus argumentos, como demonstram os exemplos abaixo, adaptados de Mateus *et al.* (2003, p. 187):

(41) [O criminoso]_{SN} [_{AGENTE}] assassinou [três motoristas]_{SN} [_{TEMA}] / *[A tempestade]_{SN} assassinou [três motoristas]_{SN} [_{TEMA}]

(42) [O João]_{SN} pôs [o livro]_{SN} [_{TEMA}] [na estante]_{SP} [_{LOCATIVO}] / *[O João]_{SN} pôs [o livro]_{SN} [_{TEMA}] [*para a estante*]_{SP} [_{ALVO}]

A lista abaixo se refere aos papéis temáticos mais relevantes na análise da estrutura argumental de um verbo, descritos por Mateus *et al.* (idem):

- **Agente:** entidade controladora, tipicamente humana;
- **Tema:** designa a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado, podendo ter sido criada pela atividade expressa pelo verbo ou afetada por ela;
- **Fonte:** faz parte da origem de uma situação, mas não pode controlá-la. Geralmente, a entidade com esse papel temático está ligada a uma força da natureza, um lugar ou um ser animado que desencadeia uma mudança, de forma

não intencional;

- **Locativo**: exprime a localização espacial de uma entidade;
- **Alvo**: está envolvido numa relação de transferência de algo, sendo o receptor disso. Pode ser animado ou locativo.⁵

Mateus *et al.* (idem, p. 202) ressaltam que, em alguns casos, o núcleo predicador necessita do auxílio de outro núcleo lexical para a marcação de papel temático do seu complemento. Isso ocorre com verbos não causativos de movimento (*ir, chegar, vir* etc). Nesses casos, então, o verbo e a preposição atuam conjuntamente na atribuição de papel temático ao argumento, da seguinte forma: 'de' > *fonte*; 'em' > *locativo*; 'a' ou 'para' > *alvo*.

Os exemplos (39 – 42) comprovam, então, que a quantidade de argumentos, a seleção categorial e o papel temático devem estar simultaneamente presentes para satisfazer as relações predicativas da estrutura argumental como um todo, caso contrário a sentença será agramatical.

Para resumir, as autoras discorrem sobre como as relações semânticas são refletidas nas relações sintáticas:

Uma das maneiras de articular as propriedades lexicais e a projecção na estrutura sintáctica dessas propriedades é considerar que a entrada lexical de uma palavra predicativa é uma lista não ordenada de categorias sintácticas dos argumentos respectivos e de papéis temáticos a eles associados e que existe uma hierarquia, que se presume universal, quanto à projecção desses argumentos na sintaxe. (MATEUS *et al.*, 2003, p. 198)

Tendo em vista que o predicado é composto pelo predicador – aqui, especificamente, verbal – e seu(s) complemento(s), focalizou-se a descrição de Mateus *et al.* (idem) acerca dos complementos preposicionados, que foram definidos da seguinte forma:

- **Objeto indireto**: tem relação central com predicadores de dois ou três lugares, com o papel temático de 'alvo'(43) ou 'fonte' (44), além de também se apresentar na forma dativa de flexão causal (45):

(43) O João ofereceu um CD ao Pedro.

(44) O João comprou esse livro a um alfarrabista do Porto.

(45) O miúdo deu-lhe o brinquedo.

Como somente os objetos indiretos podem ser substituídos pela forma pronominal dativa 'lhe', Mateus *et al.* (idem) indica que esse é o principal teste para identificá-los no português.

- **Obliquos**: estabelecem relações não centrais com o predicador, podendo ser obrigatórios (46), opcionais (47) ou adjuntos (48).

⁵ Neste trabalho, denominamos o termo que indica o ponto final [+locativo] de um movimento como 'direcional', resignando o papel de 'alvo' apenas a argumentos com traço semântico [+animado].

(46) João pôs o livro na estante.

(47) O Pedro viajou do México para Lisboa.

(48) O meu amigo pintou um quadro para Maria.

Mateus *et al.* (idem, p. 294 – 295) denominam os dois primeiros como oblíquos complementos (obrigatórios ou opcionais) e o último como oblíquo adjunto, sendo possível distingui-los por meio dos teste interrogativo “O que é que [sujeito] fez [oblíquo]?”, conforme os exemplos:

(49) – O que é que meu amigo fez [para Maria]?

– Pintou esse quadro.

(50) – *O que é que João fez [na estante]?

– Pôs o livro.

Por meio desse teste, comprova-se que o oblíquo adjunto, presente em (49), não precisa estar diretamente ligado ao predador para que a sentença se torne gramatical, o que não ocorre com o oblíquo complemento, presente em (50).

Diferentemente de outras gramáticas, Mateus *et al.* (idem) consideram a necessidade de também serem analisadas as propriedades constitutivas dos sintagmas de uma sentença frente às relações sintáticas que estabelecem.

Então, especificamente em relação às preposições, Mateus *et al.* (idem, p. 392) as identificam como o núcleo da categoria SP, que tem a propriedade de selecionar um complemento.

Embora a maioria das preposições relacionais não possa ocorrer sem complemento, as autoras destacam que algumas são mais permissíveis quanto à omissão do complemento, conforme contrastam os exemplos abaixo:

(51) Fui a Lisboa / *Fui a

(52) Um livro de histórias / *Um livro de

(53) Estou contra o governo / Estou contra.

Entre outras categorias que selecionam SPs, a categoria sintagma verbal (SV) chama a atenção pela possibilidade de selecionar SP ou de esse ocorrer adjungido a aquele. Mateus *et al.* (idem, p. 393) relacionam os seguintes exemplos para demonstrar a distinção entre SP adjunto (54) e SP complemento (55):

(54) Eu não te vejo desde a semana passada.

(55) Fui à escola.

Em (54), o SP “desde a semana passada” não está previsto na estrutura argumental do verbo *ver*, logo é um adjunto de SV. Já, em (55), o SP “à escola” encontra-se no domínio de subcategorização de *ir*, sendo, portanto, complemento.

Detalhando mais sua análise, Mateus *et al.* (idem, p. 395) exploram os diversos usos das preposições portuguesas, dos quais destacaremos alguns que envolvem a análise das preposições 'a', 'para' e 'em'.

Em relação à preposição 'a', Mateus *et al.* (idem) descrevem os seguintes usos: i. como preposição locativa, atribuindo papel temático de 'meta' ao complemento (56); e ii. como introdutora de um SN com papel temático de 'beneficiário' (57 – 58):

(56) Vou a Lisboa.

(57) Dei um livro à Maria.

(58) Aquele emprego foi útil à Luísa.

Para melhor esclarecer o papel da preposição nesses três exemplos, destaca-se a divisão feita por Mateus *et al.* (p. 398 – 399) acerca de três tipos de preposições:

- I. As que marcam tematicamente os seus argumentos juntamente com o predicador, como ocorre com verbos de movimento, como *chegar*. Além desse predicador exigir um complemento com papel temático de 'alvo' ou 'fonte', a carga semântica da preposição que introduz o complemento é também fundamental para a marcação do papel temático, conforme os exemplos:

(59) Chegou [ao Brasil] ALVO

(60) Chegou [do Brasil] FONTE

- II. As que são os verdadeiros itens predicativos e por si sós marcam tematicamente seus próprios argumentos, como nos exemplos:

(61) A Maria está contra mim.

(62) Ele anda com mau aspecto.

- III. As que têm papel secundário na marcação temática e que são essencialmente marcadores de Caso. Assim, o verbo é o núcleo lexical que atribui sozinho o papel temático ao complemento, de modo que a preposição funciona como marcadora de caso, como nos exemplos abaixo:

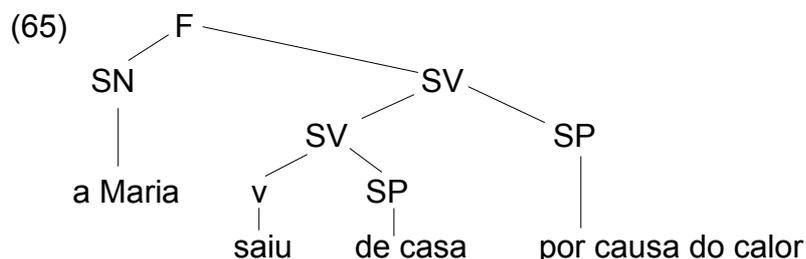
(63) Dei um livro [à Maria] (Dativo META)

(64) Comprei um livro [à Maria] (Oblíquo META-BENEFICIÁRIO ou Genitivo FONTE)

Em relação ao exemplo (64), levanta-se a questão sobre a diferença categorial que existiria entre o complemento 'meta' e o complemento 'fonte', já que é possível inferir que o primeiro não se liga diretamente à estrutura argumental do verbo *comprar*, diferentemente do segundo. Mateus *et al.* (idem, p. 409 – 417) exploram essa questão ao tratar da projeção sintática do SV, quando abordam as projeções de complementos e adjuntos.

A partir de (65), exposto a seguir, em que Mateus *et al.* (idem, p. 416) projetam a

maneira como um SP complemento e um SP adjunto apresentam-se estruturalmente, pode-se representar como se distinguem as relações internas ao SV, estabelecidas pelos complementos, e as oblíquas, estabelecidas pelos adjuntos:



Mas, ainda em relação à ambiguidade de (64), Brito (2009) acrescenta que o papel de 'meta-beneficiário' não é previsto pela estrutura argumental de *comprar*, enquanto o papel de 'fonte' sim. Dessa maneira, o 'beneficiário' introduzido pela preposição 'a' só é possível sem a presença do complemento com papel de 'fonte', caso contrário o 'beneficiário' será introduzido por 'para' e o argumento 'fonte' será introduzido por 'a', por conta da proeminência funcional apresentada pela preposição 'a' em contraste com 'para', que é lexical.

Assim, Brito (idem) sugere uma solução para a ambiguidade de (64) em um exemplo como (66), tendo em vista que o SP interno ao SV é um objeto indireto verdadeiro e o SP em posição de adjunção é acrescentado:

(66) Comprei um livro ao Pedro para Maria./ Comprei um livro à Maria para o Pedro.

Portanto, embora uma mesma preposição possa introduzir complementos ou adjuntos, a sua função e, conseqüentemente, a projeção sintática resultante permitem a diferenciação desses argumentos.

II. d. O estudo de Cançado (2009)

Em seu estudo, Cançado (2009) defende a classificação diferenciada de argumentos e complementos a partir da noção estritamente semântica dos primeiros em contraposição à noção estritamente sintática daqueles últimos, as quais são, muitas vezes, confundidas em algumas análises linguísticas e gramaticais, o que acaba afetando o conceito de transitividade verbal. Assim, a autora defende que nem todo argumento é necessariamente um complemento, já que essas classificações são de naturezas distintas:

(...) usando uma análise na interface sintaxe-semântica lexical, proponho delimitar, com mais precisão, as noções de argumento, complemento e de adjunto, definindo os argumentos como uma noção estritamente semântica, que envolve a atribuição de papéis temáticos, e os complementos e os adjuntos, como noções estritamente sintáticas, que envolvem a posição estrutural e a atribuição de casos. Assumo que argumentos são estabelecidos em uma estrutura semântico-lexical e são

associados, na estrutura sintática, às posições de sujeito, de complementos e, também, de adjuntos. Com isso, estou propondo que argumento não se restringe às posições de sujeito e de complemento, e que sujeito, complemento e adjunto são relações que se estabelecem estritamente na sintaxe, obedecendo a posições e a funções estabelecidas pela estruturação sintática de uma determinada língua. (CANÇADO, 2009, p. 35 – 36)

Partindo primeiramente da noção de argumento como item que satura o sentido de um predicador, definição puramente semântica, Cançado (idem) analisa que a gramática gerativa compreende como argumentos o sujeito e o(s) complemento(s) subcategorizados pelo predicador. Essa subcategorização consiste em um verbo selecionar seu(s) complemento(s) a partir da categoria gramatical a que ele(s) pertence(m).

Já que essas noções, para a gerativa, partiriam do léxico estocado na mente dos falantes nativos de uma dada língua, Cançado (idem) questiona a pertinência de tal premissa de consenso entre os falantes sobre a quantidade de argumentos exigidos para a saturação semântica de um predicador verbal.

Pela descrição de Raposo (1992 apud Cançado, 2009), Cançado (idem) expõe que essa relação semântica entre o predicador verbal e seus argumentos é baseada nos papéis temáticos que se combinam com o sentido específico daquele predicador. Assim, o falante consegue saber não apenas quais papéis temáticos pertencem aos argumentos subcategorizados por um predicador verbal mas também quais as posições sintáticas que esses argumentos ocupam dentro da sentença.

No caso do verbo '*comprar*', por exemplo, Cançado (idem) percebe que Raposo (1992) e Mito *et al.* (2000) classificam de forma divergente a estrutura argumental desse verbo, o que problematiza a proposta de conhecimento inato sobre as propriedades verbais que envolvem a subcategorização de argumentos, conforme exposto anteriormente.

Enquanto Raposo (1992, apud Cançado, 2009) classifica o verbo '*comprar*' como um predicador que exige três argumentos – um com papel temático de 'agente' (sujeito), outro com papel de 'tema' (objeto direto) e um último com papel de 'fonte' (objeto indireto) – Mito *et al.* (2000, apud Cançado, 2009) admitem que aquele mesmo verbo exige dois argumentos – um 'agente' (sujeito) e um 'tema' (objeto direto) –, de modo que o argumento com papel temático de 'fonte' estaria em posição de adjunção e, portanto, não seria necessário à saturação do sentido do verbo.

A partir dessa discrepância, Cançado, ao incluir a possibilidade de se acrescentar ainda um argumento que denote o 'valor' do objeto da compra, formula o seguinte questionamento: “A ação de comprar, necessariamente, acarreta um valor, que completa o sentido do verbo *comprar*. Por que, então, escolher somente o tema e o alvo como

complementos do verbo, e associar o valor à posição de adjunção?” (2009, p. 40)

Analisando, então, o teste sintático de exclusão de sintagmas da sentença, proposto por Saeed (1997 apud Cançado, 2009) e Mito *et al.* (2000 apud Cançado, 2009) para diferenciar complementos e adjuntos, Cançado (*idem*) argumenta que não é possível afirmar que argumentos, encarados como equivalentes a complementos nas referidas descrições, não são passíveis de exclusão, ao contrário do que ocorreria com adjuntos. A autora coloca os seguintes exemplos para demonstrar a ineficácia desse teste que associa a noção de argumento como equivalente a complemento:

(67) João vendeu aquela casa para Maria por cem mil reais.

(68) João vendeu aquela casa para Maria.

(69) João vendeu aquela casa.

(70) Vendeu aquela casa.

(71) *João vendeu.

Por meio desses exemplos, Cançado (*idem*) argumenta que, se considerada a pressuposição de que a estrutura argumental do predicador verbal é definida pelo número de complementos que lhe saturam o sentido e que esses não são suscetíveis de serem excluídos da sentença, apenas o complemento direto *aquela casa* seria argumento de *vender*. Portanto, ao contrário da definição de Raposo (1992, *apud* Cançado, 2009), que compreende o verbo *vender* como um predicador de três argumentos ('agente', 'tema' e 'alvo'), a aplicação do teste de exclusão demonstraria ser esse um predicador com apenas um argumento. No entanto, Cançado (*idem*, p. 41) ressalta que tal análise “não teria respaldo em nenhuma teoria gramatical.”

Por isso, seguindo Marantz (1984, *apud* Cançado, 2009), a autora explicita que existem razões semânticas que interferem na possibilidade de exclusão do argumento que está ligado diretamente ao predicador básico da sentença. Ou seja, a posição de complemento tem uma relação semântica muito estreita com o verbo, o que não permite torná-lo implícito na estrutura sintática.

Cançado (*idem*, p. 41) conclui que “a ausência de um argumento na organização sintática das sentenças não tem relação com a sua condição de não ser um argumento do verbo”, o que confirma a hipótese de que argumento e complemento possuem naturezas classificatórias distintas.

Para Cançado (*idem*), “argumento” é qualquer informação de sentido acarretada lexicalmente por um verbo para que seu sentido seja completado. Dessa maneira, o verbo *comprar*, por exemplo, carrega consigo informações como o 'agente' da compra, o objeto ('tema') da compra, a 'fonte' da compra e o 'valor' que foi pago pelo produto comprado.

Por isso, *comprar* é um predicador que possui quatro argumentos, segundo a análise de Cançado (idem), diferentemente do que propõem os autores gerativistas e os gramáticos normativos.

Na perspectiva de Cançado (idem), o mesmo ocorreria com os verbos de movimento *ir* e *vir*, já que, necessariamente, alguém vai de um ponto a outro ou alguém vem de algum lugar para outro. Assim, ao contrário da classificação de “intransitivos” que esses verbos têm nas gramáticas normativas, seriam verbos com três argumentos (alguém [agente] vai de um lugar [origem] a outro [meta]).

Tendo em vista que a noção de argumento é estritamente semântica, Cançado (idem) se utiliza da Teoria de Papéis Temáticos para argumentar que as propriedades semânticas de um argumento são estabelecidas na relação predicador – argumento, e não somente como propriedades inerentes a aquele argumento, estocadas no léxico, como propõe a teoria gerativa. Portanto, o papel temático que será atribuído a determinado argumento depende da maneira como ele estará relacionado ao predicador.

Já em relação ao posicionamento sintático dos argumentos e as funções estabelecidas por eles no nível sintático, Cançado (idem) também utiliza o conceito gerativista de Hierarquia Temática, a qual é responsável pela ordenação dos sintagmas dentro da sentença.

Contudo, a percepção dos papéis temáticos da estrutura argumental só é possível a partir da marcação de Caso, conforme o embasamento gerativista tomado pela autora. Assim, são três os Casos pertinentes ao português: o nominativo, o acusativo e o oblíquo.

A partir disso, Cançado (idem) associa a atribuição de papéis temáticos às posições sintáticas que os argumentos ocupam na sentença:

(...) associamos o argumento que recebe o papel temático mais alto da hierarquia temática ao sintagma nominal que recebe o caso nominativo pela concordância verbal. Se houver um segundo argumento na estrutura argumental desse predicador, o seu papel temático será o segundo em proeminência na hierarquia temática e se associará ao sintagma nominal que recebe o caso acusativo, ou seja, ao sintagma que é complemento do verbo. Ainda, se houver um terceiro ou quarto argumento na estrutura argumental desse predicador, os papéis temáticos desses argumentos serão os mais baixos em proeminência da hierarquia e serão associados aos sintagmas nominais que receberão caso oblíquo por meio da inserção de uma preposição, sem que haja entre esses últimos nenhuma estipulação de ordem estrutural. (CANÇADO, 2009, p. 47)

Assim, a autora representa da seguinte maneira a correspondência que ocorre entre a hierarquia temática (72) e a hierarquia sintática (73), já que ambas interagem na construção plena de sentido de uma sentença:

(72) desencadeador/controle > objeto afetado > alvo/origem/valor

(73) sujeito > complemento > adjunto

Por fim, Cançado (idem) explica que a única diferença entre complemento e

adjunto encontra-se na posição estrutural que eles ocupam ao receber caso, de modo que o complemento recebe caso de uma preposição funcional e seu papel temático é atribuído pelo verbo, enquanto o adjunto tem caso e papel temático atribuídos pela preposição que o encabeça, a qual é lexicalmente mais expressiva.⁶

Além dessa distinção ter extrema importância para se estabelecer que a diferença entre complemento e adjunto é proveniente das posições sintáticas que esses sintagmas ocupam, também salienta como as preposições exercem funções distintas a depender do caráter lexical ou funcional que assumem na sentença.

Já que, por vezes, as descrições gramaticais não são consensuais quanto à classificação do argumento que participa da saturação de sentido de verbos de movimento, a exemplo de Cunha & Cintra (2008), que classificam esse tipo de argumento como “adjunto adverbial”, ou seja, encaram-no em posição de adjunção ao verbo, Cançado (idem) observa que podem ser elencados dois tipos de argumentos com papel temático de locativo: os locativos de evento e os locativos do predicador.

O locativo de evento é inserido na sintaxe de maneira acessória, tendo em vista que o campo semântico do predicador não abarca informações sobre movimento ou trajetória, como exemplificado em (74). Já os locativos do predicador são requeridos na sintaxe, em vista da semântica de trajetória veiculada pelo predicador, como (75):

(74) João canta/estuda em BH.

(75) João despejou o sal no saleiro.

Nesse sentido, Cançado (idem) defende que a preposição presente em (75) é um item funcional, já que esses argumentos são selecionados pelo predicador verbal, devendo a preposição apenas possuir sentido compatível com o papel temático requerido na estrutura argumental de *despejar*.

A análise de Cançado (idem) se torna problemática quando a autora assume a hipótese de que não existe a função de complemento preposicionado ou objeto indireto, de modo que qualquer argumento introduzido por uma preposição, seja ela funcional ou lexical, é um adjunto.

Na visão de Cançado (idem), os argumentos de alguns verbos de movimento são subcategorizados somente pelo predicador verbal, não pela preposição, e, por isso, as

6 Em seu estudo, Cançado inclui a seguinte assertiva acerca da associação entre preposição funcional e esvaziamento semântico, muitas vezes presente na literatura: “Na literatura, muitas vezes a noção de atribuir papel temático é associada à noção de sentido lexical; alguns argumentam que a preposição que não atribui papel temático é vazia de sentido. Porém estou assumindo aqui que existe uma diferença entre ter sentido e ser um predicador. (...) Veja que só conseguimos trocar uma preposição funcional por outra que tenha o mesmo sentido; (...) Diferentemente, as preposições que são predicadoras (...) podem ser trocadas sem que as sentenças fiquem agramaticais.” (CANÇADO, 2009, p. 49) Assumindo essa mesma perspectiva, este estudo coloca que as preposições predicadoras são lexicalmente mais expressivas, o que não significa que as preposições funcionais não possuam certo valor lexical.

preposições que introduzem esse tipo de complemento cumprem apenas a função de especificadora do sentido veiculado pelo papel temático atribuído pelo verbo, como nos exemplos (76 – 77), nos quais o verbo já demarca uma trajetória com alvo final (locativo/direcional) e as preposições que introduzem o argumento devem apenas ter sentido compatível com a veiculação semântica do verbo para atribuir Caso ao complemento:

(76) João colocou a linha na agulha.

(77) João despejou o lixo no aterro.

Assim, Cançado (*idem*) assume que os argumentos *na agulha* e *no aterro* são adjuntos, já que a interveniência de uma preposição entre o verbo e o seu argumento impede que esse predicador atribua caso diretamente. Ou seja, a função de atribuir caso é exercida pela preposição (funcional) e o papel temático é atribuído pelo predicador e especificado pela preposição, nos termos de Cançado (*idem*, p. 54).

Em suma, a autora defende que qualquer preposição, seja funcional ou lexical, encabeça um argumento que está em posição de adjunção, de modo que o conceito de “complemento indireto” não é aceito por ela principalmente em virtude de que somente complementos ligados diretamente ao verbo permitem a passagem para a voz passiva, como nos exemplos:

(78) João quebrou o vaso. / O vaso foi quebrado por João.

(79) Maria veio de Paris. / *Paris foi vinda por Maria.

No entanto, como já demonstrado por meio de Mateus *et al.* (2003) na seção II. b. deste trabalho, existe também o teste sintático de interrogação que comprova diferenças estruturais entre tipos de argumentos preposicionados, denominados por ela como “oblíquos complementos” e “oblíquos adjuntos”. Repete-se abaixo o teste de interrogação realizado por Mateus *et al.* (*idem*):

(80) – O que é que meu amigo fez [para Maria]?

– Pintou esse quadro.

(81) – *O que é que João fez [na estante]?

– Pôs o livro.

Dessa forma, mesmo que o verbo não marque diretamente o caso no argumento preposicionado, há algum tipo de diferença sintática que impede a separação do oblíquo complemento a despeito do que ocorre com o oblíquo adjunto. Isso comprova que não seria adequado a uma descrição gramatical a generalização de que todo argumento preposicionado ocupa posição de adjunto, sem que haja maiores detalhes sobre os diversos tipos de argumentos que podem ser introduzidos por uma preposição.

Além disso, a análise de Cançado (*idem*) descarta a possibilidade de que verbo e preposição podem, conjuntamente, atribuir papel temático a um argumento, já que a autora propõe a denominação de “especificadora de sentido” a preposições como as apresentadas em (82), que podem interferir no sentido final do predicado:

(82) João mora na/sobre a/atrás da ponte.

Para Cançado (*idem*), ainda que exista certa opcionalidade de escolha das preposições, todas essas possibilidades estão inclusas no campo semântico do papel temático 'locativo', que é atribuído pelo predicador verbal, independentemente da preposição que introduz o argumento.

Contudo, é possível perceber que as diferenças semânticas presentes em (82) são justamente veiculadas pelo conteúdo semântico que as preposições 'em', 'sobre' e 'atrás' possuem e isso deve ser destacado, já que, em certos casos, a semântica da preposição também auxilia o predicador verbal na marcação de papel temático.⁷

Ainda que nosso estudo discorde desse último ponto defendido por Cançado (*idem*), relativo à generalização de argumentos preposicionados como adjuntos, a autora traz importantes reflexões referentes ao modo como as propriedades semânticas e sintáticas atuam na estrutura gramatical, devendo uma análise linguística considerar os conceitos que são pertinentes a cada uma dessas áreas, como Cançado (*idem*) bem define em seu estudo ao abordar a diferenciação entre argumentos, complementos e adjuntos.

Considerações parciais

A própria falta de consenso entre os estudiosos do português, sejam eles gramáticos ou linguistas, na classificação e definição dos argumentos preposicionados já demonstra como é problemática a análise de tais estruturas.

Reduzir essa análise a somente os aspectos semânticos desses tipos de predicados, como fazem os normativistas Cunha & Cintra (2008), não se mostra suficiente para se compreender certas diferenças sutis, como, por exemplo, as que separam objetos indiretos (dativos) de funções oblíquas e adjuntos.

Em relação a essa questão, a descrição de Mateus *et al.* (2003) demonstrou maior abrangência e especificação das diferentes relações predicativas entre verbo > objeto indireto, verbo > oblíquo obrigatório e verbo > oblíquo adjunto, relevando o papel da preposição nesses contextos sintáticos.

Ainda assim, as observações de Cançado (2009) trouxeram importantes reflexões

⁷ Esta argumentação também defendida por Farias (2006, p. 220 – 222), ao tratar das preposições do tipo *half way*.

acerca da maneira como separar os critérios semânticos dos sintáticos na descrição das relações predicativas.

De fato, a noção de argumento difere da de complemento por seu caráter puramente semântico, em detrimento do caráter sintático das funções de complemento e adjunto, como foi bem observado por Cançado (idem). No entanto, deve-se levar em consideração que as funções sintáticas são dependentes da estrutura argumental, na qual se estabelecem as condições de interpretabilidade e, por isso, os critérios de análise de predicados presentes neste estudo partem de princípios sintático-semânticos.

Além disso, as preposições podem exercer diferentes funções na estrutura sintática, ora como predadoras (função que não é somente exercida quando o verbo não está relacionado a movimento, ao contrário do que propõe Cançado (idem)), ora como marcadoras de caso, estando a função de atribuir papel temático relegada ao complexo verbal.

Então, a partir dessas análises, este estudo defende que as preposições podem atuar de três diferentes maneiras: i. como puramente predadoras (atribuem caso e papel temático); como preposições *half way*, conforme proposto por Farias (2006) (atuam conjuntamente a VP na atribuição de papel temático e são decisivas na veiculação do sentido completo da sentença); iii. como marcadoras de caso (atribuem apenas caso em vista da impossibilidade de VP atribuir caso a dois argumentos internos).

Dessa maneira, os conceitos apresentados neste capítulo, bem como a crítica a eles empreendida, tornam-se norteadores da análise de dados apresentada no próximo capítulo, observando-se como, na prática, aplica-se a teoria.

III. Análise de dados: as preposições introdutoras de sintagmas dativos e locativos/direcionais

Neste capítulo serão analisados os dados que comprovam as hipóteses levantadas por este estudo, de que a proximidade nocional entre sintagmas dativos e locativos/direcionais é uma das motivações para a ocorrência de variação das preposições que introduzem esses tipos de argumentos no PB e no PM, além de que o contato de línguas africanas, línguas da família Bantu (LB), com as variedades do português falado no Brasil e em Moçambique também pode ser responsável pela divergência que essas variedades exibem frente ao português europeu (PE) na codificação de sintagmas com caso dativo e com função oblíquo de locativo/direcional.

O capítulo, então, está organizado da seguinte maneira: em III.a. se traça um breve histórico sobre a realização do dativo e de locativos/direcionais no latim, em virtude de alguns estudos apontarem evidências de que a proximidade semântica desses argumentos mostrou-se determinante para que, ainda no latim, passassem a compartilhar as mesmas formas preposicionais; em III.b. analisa-se o português europeu no âmbito da codificação do dativo e de locativos/direcionais, haja vista que foi a partir dele, ainda que sob influência de outras línguas, que as variedades brasileira e moçambicana se formaram, além de se buscar estabelecer em quais pontos essas variedades não-padrão divergem do padrão europeu; em III.c. apresentam-se os dados e algumas propostas de análise sobre as variações que o PB exhibe; e em III.d., a partir dos dados do PM, explora-se a hipótese de influência de LB na codificação dos sintagmas preposicionados em questão, além de se comparar os dados do PM a algumas realizações semelhantes do PB.

III. a) No latim

Na passagem do latim para o português, houveram diversas perdas e ganhos em todos os níveis gramaticais. Isso foi decorrente da crescente influência do latim vulgar (falado) sobre o latim clássico (escrito), conforme explica Tarallo (1990).

Dessa forma, enquanto no latim clássico existiam cinco declinações, o latim vulgar as reduziu a três, em virtude da semelhante morfologia existente na primeira e na quinta declinações, bem como na segunda e na quarta declinações, conforme o quadro abaixo, o que frequentemente gerava confusões na modalidade falada:

	Singular	Plural
1ª declinação	<i>glac-ia</i>	<i>glac-ae</i>
5ª declinação	<i>glac-ies</i>	<i>glac-ei</i>
2ª declinação	<i>fruct-us</i>	<i>fruct-i</i>
4ª declinação	<i>fruct-us</i>	<i>fruct-us</i>

Além disso, os seis casos morfológicos existentes no latim clássico (nominativo, vocativo, acusativo, dativo, genitivo e ablativo) foram reduzidos a dois (nominativo e acusativo), de modo que a marcação dos demais casos começou a ser realizada pelas preposições.

Em vista desse quadro inovador do latim vulgar, Tarallo (idem) argumenta que tais reduções foram geradas pelo processo fonológico de neutralização dos segmentos finais, que indicavam a declinação e o caso da palavra. Com essa perda de diferenciação dos casos morfológicos, as preposições surgiram para exercer a função antes estabelecida pelas desinências.

Como logicamente se pressupunha, a quantidade de preposições latinas era muita pequena para suplantiar todas as desinências de caso anteriormente existentes. Por isso, esse pequeno número disponível de preposições teve de ser adequado aos diferentes casos, o que possivelmente incluiu uma análise semântica dos argumentos que compartilhariam as mesmas preposições.

Em relação ao caso dativo, Van Hoecke (1996, p. 6), seguindo a tradicional denominação feita pelos gramáticos latinos, o denomina como “a pessoa para quem algo é dado, dito, enviado ou trazido”, como demonstrado em (83). Essa denominação é similar, de certa maneira, à veiculação semântica de argumentos locativos/direcionais. Por isso, Van Hoecke (idem) observa tanto a atribuição de dativo em argumentos locativos/direcionais (84), ainda no modelo desinencial de marcação de caso, como também a extensão das preposições direcionais, que antes introduziam apenas o locativo (85), na introdução do dativo (86 – 87), conforme os dados abaixo:

(83) *Caesar regnum [Cleopatrae] dedit*

César reino-AC [Cleópatra-DAT] dar

“César deu o reino a Cleópatra”

(84) *Puer adnata⁸ [delphino]*

criança aproximou nadando golfinho-DAT

“A criança nadou para/até o golfinho.”

⁸ Importa ressaltar que as preposições latinas têm uma estreita relação com os advérbios, como nos informa Said Ali: “Há pontos de contacto entre os advérbios e as preposições, e sabe-se que as preposições latinas foram primitivamente advérbios.” (Ali, 2001, p. 154) Em virtude disso, encontra-se a forma ‘ad’, que posteriormente se transformaria em preposição, adjungida ao verbo ‘nata’.

- (85) *Adducere exercitum [ad urbem]*
 conduzir exército-AC [a cidade-AC] =
 “Conduzir o exército à cidade”
- (86) *Hunc [ad carnificem] dabo*
 esse-AC [a carrasco-AC] entregarei
 “Entregarei esse (homem) ao carrasco”
- (87) [*Ad hostes*] exuvias dabit
 a inimigos-AC peles-AC deixarei
 “Deixarei as peles para os inimigos”

Em vista disso, Van Hoescke ressalta que a maior transparência semântica das preposições para a indicação de direcionalidade foi um importante fator para que essas, anteriormente inerentes aos argumentos locativos/direcionais, tivessem seu uso estendido aos argumentos dativos, em vista do mesmo sentido de “polo de orientação” apresentado por ambos os argumentos: “(...) the fundamental characteristic of the dative seems to be to indicate the pole towards which the process expressed by the predicate is directed. Occasionally, the dative takes on the behaviour of a real locative of destination (...)” (1996, p. 11).

O estudo de Ali (2001) descreve o papel semântico das preposições latinas, bem como as consequências advindas da passagem dessas preposições ao português.

Em relação à preposição latina *'ad'*, que introduzia sintagmas tanto locativos/direcionais como sintagmas dativos, conforme os exemplos (85 – 86) supracitados, Ali (idem) explica que seu uso indicava a “direção de um movimento”, “aproximação de algum ponto”, “junção de uma coisa a outra”, ou, no latim vulgar, “o ponto terminal de um movimento”. Embora o autor não tenha dado exemplos do próprio latim referentes ao uso de *'ad'*, ele exemplifica a partir dos dados do português. Assim, o último sentido descrito anteriormente pode ser identificado em expressões como “estar alguém à mesa”, na qual a preposição *'a'* delinea o ponto em que alguém se encontra, com a presença de uma ideia de aproximação.

Já a preposição *'in'* comumente exprimia a interioridade de um lugar. Mas Ali (idem) nota um uso robusto de *'in'* com acepções diretivas. Assim, embora não seja encontrada a utilização de *'in'* para demarcar o dativo, essa preposição é compartilhada por direcionais e locativos, conforme exemplifica Tarallo (1990, p. 136):

- (88) *ire in silvam*
 “Ir à/na floresta”

O contraste do exemplo (88) com sua glosa demonstra como, na passagem do

latim vulgar para o português europeu, a preposição *'in'* (> 'em') foi substituída por 'a' na expressão de um movimento para o interior de algum lugar. No entanto, dados de outras variedades do português, como o PB e o PM, atestam a preferência da preposição 'em' em vez de 'a' para focalizar o ponto final de um movimento. Isso será melhor explorado nas seções III.c. e III.d. deste trabalho.

A preposição *'pera'*, que pode estar etimologicamente ligada à junção das preposições latinas *'per'* + *'ad'* ou *'pro'* + *'ad'*, já é uma inovação do português, tendo sido registrada a partir do período antigo até o moderno, conforme esclarece Ali (2001). Seu valor de “destinação” e “lugar para onde” fez com que ela iniciasse uma concorrência (até hoje existente) com a preposição 'a', ainda que Ali já destaque uma pequena diferença semântica entre elas: “Com a significaria o escritor, ao que parece, simplesmente o movimento direto; *para* denotaria movimento mais demorado.” (2001, p. 164)

Essa breve análise já demonstra como, desde o latim, a proximidade nocional entre sintagmas dativos, em predicados de transferência, e sintagmas locativos/direcionais influenciou a escolha dos itens preposicionais que os introduziam, de modo a se considerar tanto a veiculação semântica do predicador verbal como as propriedades semânticas das preposições.

Segundo Berlinck (2001), o mesmo percurso de extensão das preposições relacionadas a movimentos de caráter [+concreto] a predicados com caráter [+abstrato] ocorrido no latim parece ocorrer também no português.

Partindo inicialmente dessa hipótese de Berlinck (*idem*), as seções seguintes confrontam dados do PE, do PB e do PM, objetivando investigar a aplicabilidade desse pressuposto na codificação morfossintática dos sintagmas dativos e locativos/direcionais nessas variedades do português.

III. b) O Português Europeu

Segundo Torres-Morais & Berlinck (2007, p. 69 – 70), o caso dativo se apresenta em diversos contextos semânticos e relacionado a vários tipos de verbos no português europeu (PE), conforme os dados abaixo:

(89) O José **enviou** (verbo transitivo de atividade direcional) uma carta **à Maria** (recipiente/alvo) / **enviou-lhe** uma carta.

(90) A Maria **fez** (verbo transitivo de criação) um jantar **aos convidados** (beneficiário) / **fez-lhes** um jantar.

(91) **Chegou** (verbo inacusativo de mudança ou movimento) um aviso **aos professores** (recipiente/locativo) / **chegou-lhes** um aviso.

(92) A professora **lavou** (verbo transitivo de atividade não direcional) as mãos **aos alunos** (possuidor) / **lavou-lhes** as mãos.

(93) O José **admirou** (verbo transitivo estativo) a paciência **à Maria** (possuidor)/ **admirou-lhe** a paciência.

(94) O vinho do Porto **agradou** (verbo inacusativo psicológico) **aos convidados** (experienciador) / **agradou-lhes**.

(95) O José **abriu** (verbo causativo) a porta **aos convidados** (afetado) / **abriu-lhes** a porta.

(96) **Caiu-lhe** bem o vestido. (verbo inergativo – dativo ético)

Torres Morais & Berlinck (idem) ressaltam que a possibilidade de substituição da construção preposicionada pela forma cliticizada, como exposto nos dados acima, confirma a função de dativo do argumento. Essa substituição é possível graças ao valor funcional que a preposição 'a' possui na atribuição de Caso dativo ao argumento. Se houvesse a presença de uma preposição lexical, que é tanto predicadora como atribuidora de papel temático, sua substituição por um clítico tornaria a sentença agramatical no PE, conforme exemplificam as autoras:

(97) Os turistas assistiram à ópera. / *Os turistas lhe assistiram.

Também importa observar que os dados (89 – 91), tomando-se seus respectivos tipos verbais, denotam uma relação clara entre um sentido “possessivo direcional” e o papel temático do complemento dativo, notavelmente presente nas construções preposicionadas. Por isso, em vista dos objetivos deste estudo, serão focalizados os dativos com papel temático de 'recipiente/alvo', 'recipiente/locativo' e 'beneficiário'.

Além das duas formas acima mencionadas (cliticizada e preposicionada), o dativo no PE também pode ser marcado por uma construção de redobro, na qual co-ocorrem o clítico e o complemento com preposição 'a' seguida de pronome:

(98) O João deu-lhe um computador a ele (não a ela).

Embora haja a obrigatoriedade de redobro quando o complemento é pronominal, Torres Morais & Berlinck (idem) destacam a opcionalidade do redobro quando o complemento pronominal está deslocado para o início da sentença (99) ou quando se apresentam expressões intervenientes entre o argumento tema e o argumento dativo (100):

(99) A ele o João deu (lhe) uma grande ajuda.

(100) Darei a notícia só a ele.

Nos casos em que o complemento dativo é composto por um Nome pleno, Torres Morais & Berlinck (idem) explicam que pode ainda ocorrer a chamada “alternância dativa”,

fenômeno que consiste na alternância entre uma preposição funcional e uma preposição lexical na introdução do dativo, como as autoras descrevem:

(101) O José enviou uma carta [ao Pedro]_{DP}/ [para o Pedro]_{PP}/ [para Lisboa]_{PP}/
[ao Banco de Portugal]_{PP}

Em vista desses dados, as autoras explicam que, na verdade, essa alternância entre as preposições que introduzem o dativo vai gerar um efeito semântico que distinguirá os papéis temáticos desses complementos. No caso de (101), a construção com a preposição 'para' gerará a seguinte interpretação: “O José enviou/entregou uma carta ao João para o Pedro, ou seja, enviou/entregou-lhe (ao João) uma carta para que este a entregasse ao Pedro.” (Torres Morais & Berlinck, 2007, p. 73)

Dessa maneira, a interpretação “ao Pedro” é de 'alvo/recipiente' direto, enquanto a interpretação de “para o Pedro” é de 'beneficiário', sujeito que se beneficia com uma ação intermediada por outro sujeito (“O José”). Logo, a troca da preposição funcional 'a' pela preposição lexical 'para' acarretará mudanças nos níveis semântico e sintático da sentença, de modo que, no PE, não ocorre o papel temático 'alvo/recipiente' quando o complemento é introduzido por 'para', diferentemente do PB (como se verá adiante).

Quanto aos argumentos “para Lisboa” e “ao Banco de Portugal”, as autoras percebem que estes não são passíveis de cliticização, o que demonstra o papel lexical que as preposições 'para' e 'a' têm nesses casos. Por isso, esses complementos recebem Caso oblíquo, tendo papel temático de 'recipiente/locativo', advindo do próprio caráter 'locativo' dos Nomes “Lisboa” e “Banco de Portugal”. Essa distinção pode ser resumida no exemplo (102), que demonstra a gramaticalidade de um DP 'alvo' ocorrer conjuntamente com um PP 'locativo', de modo que ambos compartilham a mesma preposição, embora, como já fora observado, essa preposição tenha diferentes estatutos em cada complemento:

(102) A mãe levou o almoço [aos miúdos] _{DP [recipiente/alvo]} [à escola]_{PP [locativo]}

Portanto, a problemática levantada pelo exemplo (101) consiste em a preposição 'a' poder introduzir tanto argumentos dativos quanto locativos/direcionais no PE. A diferença nesses casos estará no papel funcional, exercido por 'a' no dativo, *versus* o papel lexical que 'a' exerce nos locativos/direcionais.

As autoras explicam que esse compartilhamento tem base etimológica e se deve à proximidade semântica entre os argumentos dativos e locativos/direcionais:

A preposição *a* como marcador de caso dativo estaria etimologicamente relacionada à preposição *a* espacial, mas é distinta dela. A distinção seria demonstrada pelo fato de que as pro-formas para os complementos em que *a* é a preposição espacial são advérbios do tipo *lá*, *ali*, ou as preposições *em*, *sobre*, *sob*, etc. (i) *Eu vou a Paris/ Eu vou lá*. (ii) *O José colocou o livro na estante /*

Colocou o livro ali. No caso do objeto indireto, as pro-formas são os pronomes dativos de 3ª pessoas *lhe/lhes*. Esta mesma distinção é que permite separar os complementos dativos da gama de complementos oblíquos, ou relativos. (TORRES MORAIS & BERLINCK, 2007, p. 78)

Em vista dessa argumentação, as seções seguintes levantam dados que também comprovem a interferência dos campos semânticos de sintagmas dativos e locativos/direcionais como um dos fatores que motivam a escolha de preposições lexicais, principalmente 'para' e 'em', em vez da preposição 'a', que teria um conteúdo semântico mais fraco, nesses contextos sintáticos.

Ainda, desenvolve-se a hipótese sobre a influência do contato linguístico mantido no Brasil e em Moçambique com línguas da família Bantu como outro fator motivador das reanálises observadas no PB e no PM, em contraposição ao que não ocorreu no PE, e, por isso, a variedade padrão manteve-se praticamente estável em relação à marcação preposicional dos referidos contextos sintáticos.

III. c) No português brasileiro

Realizando uma análise diacrônica, Berlinck (2001) observou que, desde o século XIX, as preposições 'em' e 'para' alternavam com 'a' na introdução de sintagmas direcionais (103 – 104) e que 'para' e 'a' alternavam-se na introdução de dativos (105 – 106):

(103) Quem quiser comprar um armazem de molhados, dirija-se na Rua do Rozário [...]

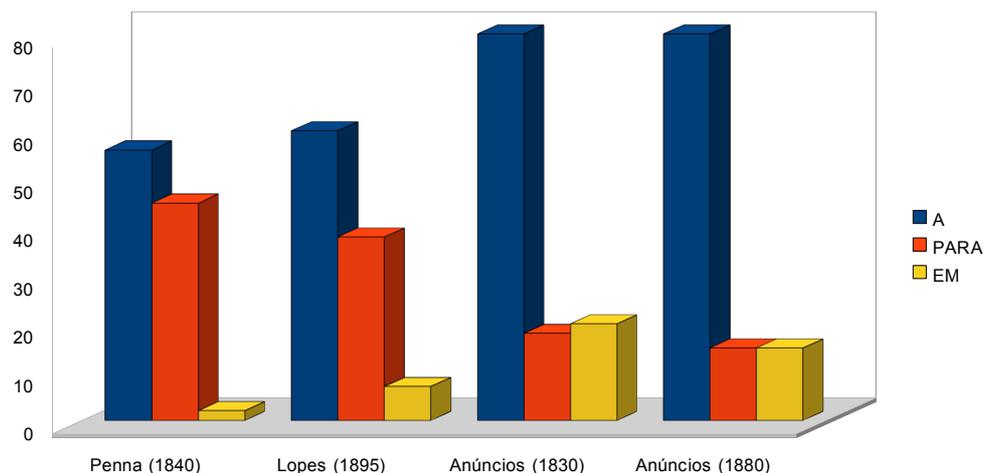
(104) Pede a quem souber onde ella existe, dirija-se à Rua do Rosário [...]

(105) [...] só vejo um modo de conciliarem esta contenda, que é darem os senhores este leitão de presente a alguma pessoa.

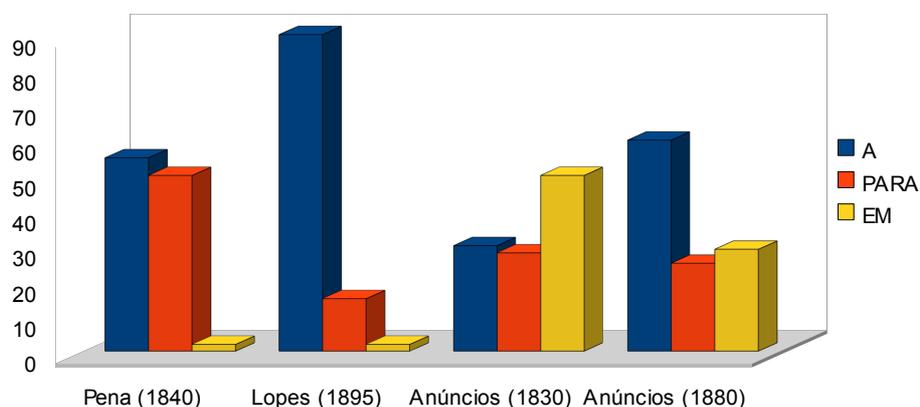
(106) [...] Diga à mamãe que eu estou aqui.../ - Pra mamãe eu digo; mas pra titia não digo, não!

Segundo Berlinck (idem), as variantes não-padrão eram mais frequentes em peças teatrais ou em contextos informais. Além disso, foi observado que a natureza semântica do predicador era determinante para a escolha da preposição, de maneira que a variação foi constatada majoritariamente quando o predicador estabelece um complemento de natureza [+concreta], o que ocorre com verbos de movimento e transferência material. Quando o predicador estabelece uma relação [+abstrata] com o complemento, há a predominância da preposição 'a', semanticamente mais fraca, conforme os índices apresentados por Berlinck (idem, p. 166 – 168) nos gráficos a seguir:

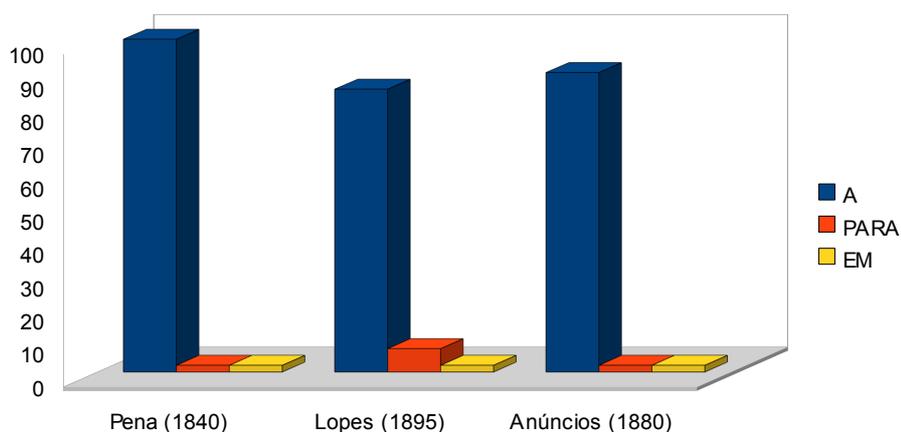
Verbos de movimento



Verbos de transferência material



Verbos de transferência verbal/perceptual



De acordo, então, com os gráficos supracitados, percebe-se que no século XIX o uso da preposição 'a' ainda se mostrava expressivo, principalmente quando o argumento ao qual se ligava possuía o traço [+abstrato]. No entanto, a comparação entre peças

teatrais, mais próximas da fala, e anúncios, mais apegados às normas da escrita, sugere a concorrência gradual principalmente entre as preposições 'para' e 'a' tanto na fala quanto na escrita.

Para Berlinck, os mesmos processos que foram responsáveis pelas mudanças na expressão desses argumentos no latim parecem estar envolvidos na evolução do português brasileiro: “O que estamos observando então é o mesmo tipo de percurso observado em latim: um marcador originalmente usado para indicar um deslocamento concreto tem seu uso expandido, atingindo contextos em que passa a denotar um 'deslocamento abstrato'.” (2001, p. 168)

Confirmando esse argumento de Berlinck, diversos estudos atestam que, no português brasileiro atual, o uso variante de 'em' e 'para' introduzindo sintagmas direcionais e o uso de 'para' encabeçando o dativo são cada vez mais predominantes (cf. Bispo (2004); Torres Morais & Salles (2007); Brito (2008); Lucchesi & Melo (2009); Torres Morais (2012); entre outros).

Em relação a isso, uma primeira questão diz respeito à generalização da preposição 'para', que no PB, diferentemente do PE, pode estar associada tanto ao papel de 'alvo' quanto de 'beneficiário', de maneira que sentenças como (107) e (108) tornam-se ambíguas no PB, conforme expõe Bispo (2004):

(107) Solicitei para o Fábio uma festa de despedida.

(108) Entreguei o livro para a moça.

Bispo (idem) também apresenta percentuais que demonstram a discrepância entre a forma de realização do dativo no PE e no PB falado na Paraíba (PB-PB) e do Rio de Janeiro (PB-RJ):

Marcador de dativo	PE	PB-PB	PB-RJ
clítico de 3ª pessoa	82,00%	25,00%	0,00%
preposição 'a'	18,00%	75,00%	18,00%
preposição 'para'	0,00%	0,00%	82,00%

Apesar de certa proximidade entre os percentuais de realização dos clíticos no PE e no PB-PB, quando comparados ao PB-RJ, a autora ressalta que as estratégias de uso dos clíticos são bastante distintas: enquanto o PE exige a construção de redobro quando há presença de forma pronominal no OI, no PB-PB, bem como em todo o PB, a realização do OI pronominal não se realiza juntamente à forma cliticizada, ou seja, não se realiza em construção de redobro, como se nota em (109). Embora o PB já demonstre uma tendência geral de uso da estrutura preposicionada, o PE e o PB-PB utilizam,

semelhantemente, a configuração *v – clítico – DP*, como em (110)⁹:

(109) Eu não sei o que vou dizer a ela.

(110) Ele vai receber aquilo que eu estou lhe dando.

Em relação ao PB-RJ, Bispo (*idem*) evidencia não somente a tendência geral de uso da forma preposicionada, mas também a utilização de 'para' relacionada à forma pronominal ou ao Nome pleno, como nos dados abaixo:

(111) Ajudar, dar um bom dinheiro para ela sabe?

(112) Olha, vou dizer para você como é que se faz.

Baseando-se na teoria de núcleos aplicativos proposta por Pylkkänen (2002 *apud* Armelin, 2011a), Armelin discorre sobre a projeção diferenciada do dativo 'alvo' e do dativo 'beneficiário' na estrutura sintática: há “dois tipos de núcleos Aplicativos, a saber, o Alto e o Baixo. No primeiro deles, o núcleo funcional em questão faz a relação entre o verbo e o evento denotado pelo verbo, enquanto no segundo, o Aplicativo relaciona os dois argumentos internos do verbo.” (ARMELIN, 2011a, p. 3509)

Nesse sentido, a preposição 'a', quando marcadora de caso, instancia o núcleo aplicativo baixo, gerando sentenças não-ambíguas. Já a preposição 'para', introdutora de dativo 'beneficiário' e com função predicadora, insere-se no núcleo aplicativo alto, por relacionar o argumento ao evento denotado pelo verbo. Por sua vez, o uso da preposição 'para' no PB como introdutora tanto de dativo 'alvo' quanto 'beneficiário' gera sentenças ambíguas, como Armelin (2011b) demonstra no contraste dos exemplos:

(113) A Maria comunicou a notícia [ao professor]_{ALVO}

(114) A Maria comunicou a notícia [para o professor]_{ALVO ou BENEFICIÁRIO}

Armelin (*idem*) também observa que enquanto a preposição 'para' pode introduzir o dativo 'alvo' e o 'beneficiário' ao mesmo tempo (115), a preposição 'a' fica restrita ao 'alvo' (116)¹⁰, devendo ser lexical a preposição que introduz o aplicativo alto (117):

(115) A Maria comunicou a notícia [para o professor]_{ALVO} [para Paula]_{BENEFICIÁRIO}

(116) *A Maria comunicou a notícia ao professor a Paula.

(117) A Maria comunicou a notícia [ao professor]_{ALVO} [para Paula]_{BENEFICIÁRIO}

De acordo com a análise de Armelin (*idem*), a interpretação de 'beneficiário' é a última a ser computada pelo falante¹¹, de maneira que essa interpretação é dependente

9 Embora os clíticos ainda sejam utilizados no PB, as condições de realização são bastante distintas do padrão europeu (cf. Pagotto, 1996; Nunes, 1996).

10 Torres Morais (2012) bem observa que há possibilidade de co-ocorrerem um dativo 'alvo' e um oblíquo 'locativo' introduzidos pela preposição 'a' no PE: *A mãe levou o almoço aos miúdos à escola.*

11 Maia (2010) realiza um levantamento interessante sobre a maneira como um falante de português interpreta sentenças ambíguas.

da presença ou ausência de um 'alvo'. Em outras palavras, quando o 'alvo' não está explícito na sentença, o 'beneficiário' toma para si a interpretação de 'alvo', o que não ocorre na presença explícita do dativo 'alvo'.

Barros & Ribeiro (2011) acrescentam que, no PB, as preposições 'a' e 'para' podem ser co-variantes na introdução do dativo, ou seja, a escolha de qualquer uma delas não incorre em mudança semântica, como nos exemplos abaixo:

(118) Eu vou mostrar a quantia a/para você.

(119) Posso emprestar este livro a/para a Joana?

(120) Eu paguei 10 reais ao/para o reparador.

Apesar de essas alternâncias serem possíveis, Barros & Ribeiro (idem) ressaltam que verbos de transferência material ou verbal/perceptual aceitam mais facilmente a variação entre 'a' e 'para' (118 – 120) do que os chamados verbos leves (*dar* + Nome), os quais tendem a selecionar apenas a preposição 'a', conforme os dados (121 – 123):

(121) eles não dão muita ênfase a isso.

(122) eles não dão atenção ao caso.

(123) que eu dou muito valor a uma reunião.

Apoiando-se também na teoria de núcleos aplicativos de Pylkkänen, Torres Morais defende que o PB está perdendo o núcleo aplicativo baixo, que está intimamente relacionado à expressão morfossintática de caso, por conta da crescente utilização da preposição lexical 'para' como introdutora de dativo 'alvo', que no PE só é introduzido pela preposição funcional 'a':

Enquanto manteve o seu sistema de caso morfológico, em que os pronomes nominativos, acusativos e dativos estavam bem distintos, foi possível às crianças, no processo de aquisição do PB, terem evidências positivas para a construção aplicativa, uma vez que o OI exibia tanto na sua forma lexical, quanto pronominal, a morfologia dativa. À medida que o sistema pronominal se desestrutura e elege outras estratégias para expressão dos complementos acusativos e dativos, DAT deixa de ser ativo na gramática do PB, em oposição ao PE e PB histórico. (TORRES MORAIS, 2012, p. 44)

Outro fenômeno também relacionado à perda da marcação causal do dativo no PB, diz respeito à omissão da preposição, recorrente em dialetos como o da Zona da Mata de Minas Gerais, investigado por Scher (1996), e o de Helvécia, analisado por Lucchesi (1999).

Apesar da possível semelhança entre a omissão de preposição no PB e a construção de objeto duplo (DOC)¹² do inglês, conforme (124), Scher (idem) ressalta que se tratam de fenômenos distintos porque DOC é rígido quanto à ordem dos termos, que deve ser, obrigatoriamente, V – DP_{dativo} – DP_{acusativo}, e, nesse tipo de construção, o DP

¹² A abreviatura DOC é referente à forma inglesa *Double Object Construction* (Construção de Objeto Duplo).

dativo pode ser passivizado (125), fatores não relacionados à omissão da preposição no PB, como demonstrado pela opcionalidade de o DP dativo ocorrer adjacente ou não ao verbo (126) e pela agramaticalidade de passivização em (127):

(124) I gave Mary a book. / *I gave a book Mary.

(125) Mary was given a book.

(126) Eu dei o livro o rapaz. / Eu dei o rapaz o livro.

(127) *Os meninos foram dados um livro.

Scher (idem) explica que o DOC envolve a capacidade de VP absorver a marcação de Caso antes demandada à preposição funcional, e, por isso, há obrigatoriedade do DP dativo ficar adjacente ao VP.

Da mesma forma que somente preposições funcionais podem ser elididas no inglês, Scher (idem) observa que a ausência da preposição no PB obedece a essa mesma condição, de maneira que preposições com papel lexical não podem ser elididas nem no PE nem em inglês, conforme os exemplos abaixo:

(128) Ela comprou um presente *o/para o pai.

(129) She bought a doll for you. / *She bought you a doll.

Salles (*apud* Brito, 2008) também nota que, no dialeto goiano, a preposição nula ocorre principalmente associada a DP pronominal, como nos dados abaixo:

(130) Desejo você um bom dia.

(131) Dei ele o recado.

(132) Mostrei ele o caminho.

Esse fenômeno novamente vem a corroborar a hipótese de Torres Morais (2012) a respeito da perda de marcação morfológica do dativo no PB, em oposição à evolução do PE. Mas, sobretudo, é necessário delinear os contextos sintáticos e semânticos nos quais ainda a preposição funcional 'a' se apresenta e em quais ela está cedendo lugar à preposição 'para'.

Assim como há rigidez na marcação preposicionada do dativo no PE, que aceita somente com a preposição 'a', os sintagmas locativos são introduzidos somente por 'em' (133) e os direcionais ocorrem tanto com 'a' como com 'para' (135 – 136 e 138) nessa variedade, conforme Farias (2006) compara com o PB:

(133) Meus filhos estão em São Paulo. (PE ^{ok}; PB ^{ok})

(134) Meus filhos estão pra São Paulo. (*PE; PB ^{ok})

(135) João foi a Lisboa. (PE ^{ok}; PB ^{ok})

(136) João foi para Lisboa. (PE ^{ok}; PB ^{ok})

(137) João foi em Lisboa. (*PE; PB ^{ok})

(138) João chegou a Lisboa. (PE^{ok}; PB^{ok})

(139) João chegou em Lisboa. (*PE; PB^{ok})

Apesar de (136) sugerir que o PE e o PB variam da mesma maneira em relação ao uso das preposições 'a' e 'para' em sintagmas direcionais, Farias (idem) explica que o uso de 'para' encabeçando sintagmas direcionais no PE, além de ser menos frequente, ocorre apenas em alguns contextos que denotem [+permanência], havendo, então, uma sutil diferença entre o uso de 'a' e 'para' nesses contextos diretivos, o que não acontece necessariamente no PB.

No PB, diferentemente do PE, argumentos direcionais podem ser introduzidos por 'em', 'para' ou 'a' (140 – 142) e locativos podem ser encabeçados por 'em' ou 'para' (143 – 144):

(140) Voltei em casa para buscar meu casaco.

(141) Fui pra São Paulo em busca de emprego.

(142) Vamos ao cinema hoje?

(143) Os meninos estão na escola.

(144) Meus filhos tão pro Rio de Janeiro.

Segundo Farias (idem), as preposições presentes em (140 – 142), relacionadas aos verbos de movimento, atuam juntamente ao VP na atribuição de papel temático ao sintagma direcional, de modo que, se a preposição for alterada, também será alterado o papel temático do complemento, conforme os exemplos:

(145) Maria chegou de Lisboa. (origem)

(146) Maria chegou com Joana. (concomitância)

(147) Maria chegou ao Brasil. (direção)

Araújo (2008), por meio de esquemas imagéticos, também argumenta que o próprio conteúdo semântico das preposições atua nesses processos de seleção. O autor explica que as preposições 'a' e 'para' têm, originalmente, foco no percurso de um trajeto relacionado a um movimento [+dinâmico], como em (141) – (142). Já a preposição 'em' enfoca a interioridade do locativo, relacionando-se estritamente, no caso do PE, a verbos de localização, como em (143).

Notavelmente, esses esquemas imagéticos foram alterados no PB, conforme demonstrado por (140) e (144), nos quais 'em' e 'para' estão associadas, respectivamente, a verbos de movimento e verbos de localização. Isso é possibilitado, segundo Araújo (idem), pela relação com o 'ponto final' do percurso que todas as variantes em questão possuem, ainda que 'para' destaque a direção e 'em' destaque o local de chegada.

Considerando a realização de 'em' e 'para' junto a verbos de movimento [+dinâmicos] e [+concretos] (148 – 149), Araújo (idem) expõe que o sentido básico de 'em' segue o esquema 'contêiner', o qual destaca o locativo do 'ponto final', e que 'para' faz parte do esquema 'origem – percurso – destino', que perfila esses três aspectos do movimento e destaca o 'percurso':

(148) Voltei em casa.

(149) Voltei para casa.

Preocupado em demonstrar o que possibilita a aplicação diversa das preposições 'para' e 'em' nos sintagmas locativos e direcionais, Araújo (idem) explica que, nesses casos, ocorre apenas a mudança de foco do percurso. Ou seja, se o uso de 'para', correspondente a contextos diretivos [+dinâmicos] e focados no percurso, for utilizada em contexto locativo, acontecerá, então, uma mudança de foco do 'percurso' para o 'destino', bem como ocorreria o contrário com o uso de 'em' nos contextos [+dinâmicos]. Nos exemplos a seguir, o autor expõe que algo semelhante acontece com a preposição 'over' do inglês:

(150) He walks over the bridge.

(151) He lives over the bridge.

Contudo, Vieira (2009), baseando-se em Mollica (1996), ressalta que os traços semânticos das preposições não são os únicos fatores que atuam na seleção desses itens introdutórios de locativos e direcionais no PB. Segundo ela, outros fatores também estão envolvidos e são de extrema relevância. Alguns deles são:

a) Tipo verbal: deve haver concordância entre os aspectos semânticos do verbo e da preposição. Caso contrário, as sentenças geradas serão agramaticais, como demonstram os contrastes abaixo:

(152) O diretor chegou à/na/*para a repartição no horário combinado.

O fato de o verbo *chegar* possuir um aspecto semântico focado no 'ponto final', faz com que ele não coincida com a semântica da preposição 'para', que se relaciona ao 'percurso'. Isso, então, bloqueia a possibilidade de relação daquele verbo de movimento com essa preposição.

b) [+/- permanência] do deslocamento: se o movimento era definitivo, [+permanente], a preposição 'para' era categórica. Se o movimento era transitório, [-permanente], as preposições 'em' e 'a' eram selecionadas.

c) Configuração do espaço: o locativo pode ser caracterizado como um espaço [+/- aberto]. Por exemplo: o mercado é um lugar [-aberto] e a rua é um lugar [+aberto].

Em virtude da preposição 'em' indicar uma relação de interioridade, ou seja, algo dentro de limites definidos, ela é selecionada quando o locativo é [-aberto], enquanto 'para' e 'a' são mais usadas em locativos [+abertos].

Os dois primeiros fatores acima também foram analisados por Assis (2009), em estudo sobre as preposições realizadas junto a verbos de movimento nas comunidades de Helvécia e Cinzento, localizadas no interior da Bahia. Os resultados referentes a esses fatores estão expostos nos dados e quadros a seguir, corroborando as condições também expostas por Vieira (idem):

Tipo verbal

(153) [...] cê chega numa região [...]

(154) [...] fui ne Som Paulo [...]

(155) [...] ele voltô pra casa [...]

	EM	PARA
CHEGAR	96,00%	4,00%
IR	54,00%	46,00%
VOLTAR	38,00%	62,00%
VIR	44,00%	56,00%
LEVAR	29,00%	71,00%

Deslocamento [+/- permanente]

(156) [...] cada um vai nas suas roça, rancá aquelas mandioca.

(157) [...] ele foi pra Som Paulo e num voltô mais [...]

	EM	PARA
[+permanente]	10,00%	90,00%
[-permanente]	62,00%	38,00%

A partir do estudo de Almeida, Gomes & Lacerda (2013) também pôde-se observar como os aspectos semânticos [+/-concreto] do movimento podem influenciar a seleção da preposição. Nesse caso, foram analisados diversos contextos de uso do verbo 'chegar', a saber:

[+concreto]	[+abstrato]
<ul style="list-style-type: none"> Marcador de deslocamento espacial: "Cheguei em casa." 	<ul style="list-style-type: none"> Marcador situacional: "Chegou a ser auditor." Marcador discursivo: "Daí eu cheguei pra ela e disse: quer sair comigo?" Marcador de avaliação comparativa: "os filmes do cinema brasileiro nunca vão

	<p>chegar aos pés dos filmes americanos.”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serialização verbal (chegar+infinitivo): “nem chegou a bater no outro.”
--	---

Percebe-se, claramente, que o traço [+abstrato] do movimento favorece a seleção de 'a' e, no caso de marcador discursivo, de 'para'. Isso ocorre porque o complemento não se relaciona ao traço [+locativo], o que bloqueia a relação de 'em' nesses casos e propicia o uso de preposições que evidenciem o 'percurso', sendo esse [+abstrato].

Portanto, a seleção de preposições introdutoras de locativos e direcionais, no PB, está pautada sob vários fatores, como o tipo verbal, aspectos do movimento (concreto/abstrato), aspectos do locativo e traços semânticos das próprias preposições. Esses fatores evidenciam a diferenciação de usos do PE, mais fechado às possibilidades de variação, em relação ao PB, que, por conta dos diversos contatos linguísticos pelos quais passou, parece estar mais aberto à reanálise de suas propriedades gramaticais.

Mas, sobretudo, foi possível perceber que a atribuição da preposição direcional 'para' na marcação de dativo no PB deve-se à proximidade nocional que esses argumentos compartilham, o que resulta na universalização do uso de 'para' em diversos contextos que veiculem a semântica de direcionalidade/movimento/transferência.

III. d. No português moçambicano

De acordo com Gonçalves & Chimbutane (2004), mais de 20 línguas da família Bantu (LB) fazem parte do quadro linguístico de Moçambique, de modo que cerca de 40% da população adquire o português como segunda língua (L2) e menos de 6% como língua materna (L1).

Sendo corrente apenas nos centros urbanos e utilizada prioritariamente em contextos mais formais, a língua portuguesa é adquirida por via instrucional, fator que impediu a crioulização.

A coexistência de LB, L1 da maioria dos moçambicanos, e do português resultou na transferência de propriedades daquela L1 para esta L2, de maneira que o PM foi reestruturado a partir de LB, como afirmam os autores:

Diversos estudos sobre esta variedade do português mostraram já o papel das L1s dos falantes, as LBs, na fixação de novas propriedades gramaticais. Estão neste caso, por exemplo, as alterações que atingem constituintes com função de objeto direto e indireto, as novas propriedades dos verbos agentivos e inacusativos, assim como o novo formato do sintagma complementador. (GONÇALVES & CHIMBUTANE, 2004, p. 8)

No caso dos argumentos dativos, Oliveira (2005, p. 529) demonstra que a preposição 'a' é frequentemente elidida no PM, como nos dados abaixo:

(158) Entregou o emissário as cartas.

(159) O João ofereceu Maria dinheiro.

(160) Demonstrou as outras mulheres o papel do destacamento feminino.

Embora estes dados se aproximem de realizações como (131 – 132) do PB, aqui repetidas em (161 – 162), eles são, na verdade, parte do mesmo processo que ocorre em inglês, o DOC, demonstrado anteriormente nos dados (124), também repetido em (163):

(161) Dei ele o recado.

(162) Mostrei ele o caminho.

(163) I gave Mary a book.

Oliveira (2005) explica que nas LBs a preposição 'e/' é incorporada ao VP, de maneira que o predador é responsável por atribuir Caso aos dois argumentos internos, como nos dados abaixo da língua Chichewa (extraídos de Cumbane, s/d), uma das LB faladas em Moçambique:

(164) Paulo inyik-**el**-e amakabwe ambuti
 Paulo dar **a** irmão cabrito
 “Paulo ofereceu ao irmão o cabrito.”

(165) João irhum-**el**-e Maria papilo
 João enviar **a** Maria carta
 “João enviou à Maria uma carta.”

A falta de marcação explícita de dativo no objeto indireto (OI), na LB em questão, aliada ao caráter ambíguo de 'a' para os falantes moçambicanos, já que essa preposição introduz tanto OI quanto argumentos oblíquos no PE, propiciam a omissão da preposição em L2, pois essa marcação, em L1, já é realizada pelo complexo verbal.

Também há a possibilidade de OI ser passivizado em Chichewa, bem como em outras LB, por conta da falta de marca explícita de dativo junto ao OI, conforme os dados extraídos de Cumbane (idem):

(166) Makabze inyik-el-we lapi hi João
 irmão foi oferecido lápis por João.
 “O irmão foi oferecido lápis pelo João.”

(167) Maria irhum-el-we papilo hi João.
 Maria foi enviada carta por João
 “Maria foi enviada carta pelo João.”

Os dados mostram que a preposição permanece aplicada ao VP e que o OI foi alçado à posição de sujeito da passiva. Essas configurações da LB são refletidas no PM da seguinte maneira (dados extraídos de Gonçalves, 2002):

(168) Os jovens são dados responsabilidades de família.

(169) A Maria foi oferecida dinheiro pelo João.

Brito (2008, p. 43) também aponta que argumentos com papel temático de

'beneficiário' e 'instrumento', categorizados como oblíquos no PE, são expressos pelos morfemas '-i' ou '-ir' em Chichewa, os quais também são incorporados ao VP, demonstrando que há diferenciação entre os morfemas aplicativos que se referem a OI (*e/*) e a oblíquo (*ir*):

(170) Chitsiru chi-na-gul-ír-a atsíkána mphâtso
 7-tolo 7MS-pass-comprar-aplic-VF garotas presente
 “O tolo comprou um presente para as garotas.”

(171) Mavuto anaumb-ir-a mpeni mtsuko
 Mavuto moldou-aplic-VF jarra faca
 “Mavuto moldou a jarra com a faca.”

Por não compreenderem a diferença entre os contextos em que a preposição 'a' pode ser funcional ou lexical, os falantes moçambicanos entenderam que ela se relaciona a qualquer argumento semanticamente [+humano] (172), podendo este argumento ser, conseqüentemente, substituído pelo clítico 'lhe'(173), segundo Brito (*idem*, p. 50):

(172) A natureza não pode dominar ao homem.

(173) Elogiaram-lhe muito.

Percebe-se, então, que o caráter defectivo de 'a' é, em parte, responsável pelo uso arbitrário dessa preposição e do clítico 'lhe', e que as construções aplicativos das LB também são, em parte, responsáveis pela omissão da preposição que introduz argumentos dativos.

Outra estratégia de marcação do dativo no PM é o uso da preposição 'para', que, segundo Oliveira (*idem*, p. 530), dá-se em virtude do aspecto semântico de 'meta/finalidade' dessa preposição, conforme (174 – 175), muito semelhantes ao PB:

(174) quando puseram comida para ele antão guardava um bocadinho.

(175) Contam anedotas para os miúdos.

Em estudo sobre a aquisição das preposições por índios Kamayurá, Gomes (1997) relaciona a transparência semântica que determinada preposição possui à facilidade de assimilação dela no PB (L2), de modo que quanto [+abstrato] for seu conteúdo semântico, menor é a probabilidade de ela ser realizada. A autora percebeu o seguinte padrão de preenchimento da preposição: sem conteúdo identificável [+abstrato] < orientação espacial < orientação pessoa do discurso [+concreto].

Assim, os resultados atingidos por Gomes (*idem*) demonstraram que a atribuição de 'para' em dativos era sempre mais favorecida em relação à preposição 'a', que possui baixo índice de uso devido ao seu caráter [+abstrato] e [-transparente].

Brito (2008, p. 37 – 38) demonstra que outras variedades africanas do português também apontam essa dificuldade de assimilação de 'a' como marcadora de caso, o que

resulta na não compreensão do papel funcional que essa preposição e os clíticos exercem, como exemplificam os dados (176 – 177), do português angolano (PA), e (178), do crioulo guineense (extraído de Injai, 2013):

(176) Quando falo em gente, refiro-me Ø gente angolana.

(177) É uma sigla porque lemos-lhe letra por letra.

(178) Concorri Ø várias bolsas na embaixada do Brasil e não conseguiu.

Ressalvadas as diferentes naturezas do contato que Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Brasil tiveram com a língua portuguesa, ainda se nota certa similaridade das estratégias de realização das preposições introdutoras de objeto indireto nessas variedades, de maneira que é possível relacionar essa semelhança aos contatos linguísticos que todas elas tiveram com LB, seja em maior ou menor grau, o que influenciou na reanálise das estruturas de dativo do português.

A respeito das preposições introdutoras de sintagmas locativos e direcionais, Gonçalves e Chimbutane (2004, p. 9) mostram que o uso da preposição 'em' foi generalizado no PM, de maneira que essa preposição acompanha qualquer locativo que designe “lugar onde”, conforme os dados abaixo:

(179) voltei em casa.

(180) voltou para no Maputo.

(181) levaram para lá na igreja.

(182) na nossa zona era fértil. = a nossa zona...

(183) conheci em casa dela. = ... a casa dela

Os dados acima revelam que 'em' é utilizada, inclusive, na complementação de verbos que não são nem de movimento nem de localização (183), além de ser empregada na função de sujeito (182). Ou seja, os moçambicanos entenderam que qualquer Nome que possua a semântica de locativo deve ser acompanhado pela preposição 'em', independentemente de sua função na sentença ou do predicador com o qual se relaciona.

Gonçalves e Chimbutane (idem, p. 17 – 19) explicam que, no PM, essa preposição não tem valor lexical, mas sim funcional. Segundo os autores, na transmissão do português houve uma reanálise dessa preposição baseada na L1 (LB) daqueles falantes, na qual os locativos são expressos por meio de morfemas (-eni / -ini / ka), que são incorporados ao Nome ou que o acompanham, conforme (184). Veja-se os dados abaixo, do Changana, uma das LB faladas em Moçambique:

(184) Tin-tombhi ti-y-e kerek-eni /ka-Gaza/ ka kokwani/ bazara.

10-moças 10-ir-pass 9igreja-loc/ loc-Gaza/ loc 1vovó 5mercado.

“As moças foram à igreja/ à Gaza/ à (casa da) vovó/ ao mercado.

(185) Kerek-eni i ku-tsongo.
 9igreja-loc é 17-pequeno.
 “Na nossa igreja é pequeno.”

(186) Tin-tombhi t-a-ku-tiv-a kerek-eni
 10-moças 10MS-pres-MO-conhecer-vf igreja-loc
 “As moças conhecem na igreja.”

(187) Tin-tombhi ti-hum-a kerek-eni
 10-moças MS-sair-vf igreja-loc
 “As moças saem na igreja.”

Como visto, os locativos em LB são realizados apenas por meio de Nomes com morfemas específicos, podendo inclusive ocupar função de sujeito (185) ou tema (186).

Os autores também esclarecem que, nas LB, a expressão de “direção”, relativa aos verbos de movimento, é absorvida pelo verbo, de maneira que papéis temáticos como 'meta-destino' e 'origem' são atribuídos apenas por VP.

Dessa forma, baseando-se em Talmy (1985, *apud* Gonçalves & Chimbutane, 2004), os autores verificam que as LB se enquadram no grupo de línguas *verb-framing*, nas quais o complexo verbal lexicaliza o movimento, diferentemente de línguas *satellite-framing*, que necessitam de elementos morfossintáticos para atribuir papel temático ao DP, como é o caso do português.¹³

Em relação ao português padrão, os autores observam que, apesar da seleção da preposição ser obrigatória, também existem informações sobre o movimento que partem de propriedades verbais, como nos casos dos verbos *sair*, que pressupõe a direção “dentro – fora”, e *entrar*, que possui a direção “fora – dentro”. Isso pode explicar porquê a norma padrão considera como pleonasma os usos (91) – (92):

(188) Joana saiu de dentro da cozinha.

(189) Joana entrou para dentro da casa.

Devido aos fatores acima relacionados, Gonçalves e Chimbutane (*idem*) defendem que as preposições direcionais do português foram, em parte, abandonadas no PM devido à extensão do uso da estrutura *verb-framing* presente em LB. As estratégias criadas, então, são o apagamento da preposição (190 – 192) ou o uso de 'para' (193 – 194), concomitante a 'em', que, embora com baixa frequência, ainda se mostra possível na expressão de 'direcionalidade':

(190) viemos aqui Maputo.

(191) não posso entrar o lugar que tem muitas mulheres.

¹³ Ainda que haja essa divisão entre línguas *verb-framing* e *satellite-framing*, Gonçalves e Chimbutane (2004, p. 22) argumentam que há possibilidade de existência de padrões alternativos, como ocorre em inglês: *The boy moved across the road. / The boy crossed the road.*

(192) tive possibilidade de viajar algumas províncias.

(193) voltou para no Maputo.

(194) levar mandoim para no mandjacaze.

Os dados (193 – 194), nos quais há a preposição 'para', indicam que a formação do PM não se restringe unicamente à transferência plena de propriedades das LB, mas que também ocorrem reanálises do próprio sistema linguístico do português. Caso contrário, nenhuma preposição direcional seria incorporada.

De forma semelhante, o PB também reanalisou as preposições 'para' e 'em', de modo que ambas podem introduzir argumentos direcionais (195 – 197), locativos (198 – 199) ou complementos verbais (200 – 201):

(195) Voltei para o Rio de Janeiro.

(196) Fui na feira.

(197) Cheguei em casa agora.

(198) Meu filho tá lá pro Maranhão.

(199) Ela ficou em casa.

(200) Pedi atendimento no posto.

(201) Telefonei na polícia.

Percebe-se que a atribuição de 'em' nos sintagmas acima destaca o aspecto locativo do complemento, assim como ocorre no PM, no qual essa preposição é associada a um marcador morfológico de locativo, presente em L1 Bantu. Já a atribuição de 'para', tanto em direcionais quanto em locativos (195 e 198), liga-se ao aspecto [+permanente] do movimento e ao distanciamento do interlocutor em relação ao locativo, de modo que essa preposição tem a capacidade de transmitir a noção de percurso não apresentada pelo advérbio, coincidentemente ao que ocorre no PM.

Rocha (2005, p. 162 – 163), em estudo sobre a aquisição das preposições diretivas no PB falado por indígenas e no PM, salienta a não marcação de preposição nos estágios iniciais de aquisição, de modo que os advérbios tornam-se estratégias para expressar locativos e direcionais:

(202) Awiti foi la roça trabai.

(203) chega la no kamayura.

(204) tem que i na aldeia.

Os dados (202 – 204) retomam as discussões sobre a facilidade de aquisição da preposição 'em' e seu emprego junto a Nomes locativos, independentemente do predicador. Rocha (idem) explicita que essas realizações podem ser comparadas a realizações do PM porque o *input* dos indígenas é justamente o PB, o qual apresenta

traços de contato com línguas africanas, assim como o PM.

Diante de todos esses fenômenos, pôde-se perceber que a preposição 'a' foi pouquíssimas vezes registrada no PB e no PM na expressão dos argumentos direcionais, diferentemente do PE. Isso pode ser entendido como uma dificuldade de assimilação dessa preposição, em virtude dos diferentes status que ela pode ocupar no PE. Por conta desse caráter defectivo de 'a', corrobora-se o que fora explicitado em Brito (2008, *apud* Gonçalves, 2002), de que as estratégias criadas no PB e no PM partem do princípio da transparência semântica que a preposição 'para' possui para expressar 'alvo/meta' e 'beneficiário', bem como 'em' para expressar 'direcionalidade' e 'locativo'.

Essas estratégias comprovam, então, que a aquisição do português no Brasil envolveu um processo de troca de propriedades com outras línguas (indígenas, africanas etc) e também uma reavaliação das propriedades do português a partir dele próprio, resultando em construções nem sempre compatíveis com a variante padrão, assim como ocorre com o PM.

Considerações finais

Os dados apresentados neste estudo confirmam que, enquanto a gramática do PE permaneceu estável em relação à codificação morfossintática de sintagmas dativos, locativos e direcionais, as variedades brasileira e africana vêm apresentando quadros de marcação distintos do padrão europeu.

Notavelmente, a atribuição da preposição 'para' ao dativo parece estar vinculada à semântica de 'direcionalidade' percebida por essa preposição, sendo esse um dos fatores de influência para a sua utilização como introdutora de dativo em predicados de transferência.

Também a variação entre 'para' e 'em' nos sintagmas locativos/direcionais, no PB, demonstra maior expressividade de uso do que a variante padrão 'a', que se restringe a situações mais formais de uso da língua, além dos outros contextos anteriormente citados nos resultados deste estudo.

Semelhantemente, o PM também apresenta estratégias de marcação de dativos e direcionais que dispensam o uso da preposição 'a', de maneira que as diversas línguas da família Bantu (LB), L1 dos moçambicanos, interferem diretamente na reavaliação gramatical dessas estruturas no PM.

Assim, defendemos que essas propriedades inovadoras do PB e do PM podem ser atribuídas à interferência decorrente do contato linguístico ocorrido entre o português e as LB, faladas pelos povos africanos que entraram em contato com os portugueses nos territórios brasileiro e moçambicano, durante o período colonial, ainda que resguardadas as particularidades pertinentes a forma de contato estabelecida por cada variedade.

Portanto, em vista a semelhança na realização morfossintática de dativos e locativos/ direcionais no PM e no PB, este estudo defende que tal fenômeno decorre da transmissão irregular no processo de aquisição do português como L2, pelos africanos, durante o período colonial estabelecido tanto no Brasil como em Moçambique, de maneira que a preferência por preposições semanticamente [+transparentes], nos termos de Gomes (1997), sugere a interferência da gramática de outras línguas – somente africanas, no caso de Moçambique, e africanas, indígenas, europeias no caso do Brasil – no processo de reavaliação das construções dativas e locativo/direcionais.

Referências bibliográficas

ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos / Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

ALMEIDA, Vânia G.; GOMES, Michele C. R.; LACERDA, Patrícia F. A. C. *O cline de mudança do verbo “chegar” na perspectiva da gramaticalização das construções*. Trabalho apresentado no IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Universidade Federal de Goiás, 2013.

ARAÚJO, Paulo J. P. *Aspectos semântico-cognitivos de usos espaciais das preposições ‘para’ e ‘em’ na fala das comunidades quilombolas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

ARMELIN, Paula R. G. *Sobre a estrutura sintática e a ordem linear em sentenças bitransitivas do português brasileiro*. Curitiba: *Anais do VII Congresso Internacional da ABRALIN*, 2011a, p. 3505 – 3516.

_____ *Sentenças bitransitivas do português do Brasil revisitadas à luz da Teoria de Núcleos Funcionais Aplicativos*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2011b.

ASSIS, Telma S. B. *A atuação das variáveis linguísticas na regência dos verbos de movimentos no português afro-brasileiro*. *PAPIA*, nº 19, 2009, p. 39 – 49.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

BARROS, Isis J. F.; RIBEIRO, Ilza. *Variação das preposições introdutoras de DP dativo no dialeto de Helvécia-BA*. *PAPIA*, nº 21 (2), p. 209 – 219, 2011.

BERLINCK, Rosane de A. *Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do “dativo” no português*. Curitiba: *Revista Letras*, n. 56, 2001, p. 159 – 175

BISPO, Karla C. I. F. *A sintaxe do dativo no português*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro: *Anais do VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 2004. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno14-02.html>

BRITO, Ana M. *Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of the Portuguese Indirect Object*. *Phrasis*, v. 2, 2008, p. 31 – 55.

_____ *Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo – constructivista*. *Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, 2009, p. 141 – 159. Disponível em: <http://www.apl.org.pt/apl-actas/xxiv-enapl.html>

CANÇADO, M. Argumentos: complementos e adjuntos. São Paulo: *Alfa*, 53 (1), 2009, p. 35 – 59.

CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.

_____ *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

CUMBANE, Rui M. M. *O português língua não materna como produto das estruturas das L1 (Bantu)*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.inzotumbansi.org/pdf/bantu.pdf>

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GOMES, Christina A. A importância do significado da preposição na aquisição de segunda língua. *PAPIA*, v. 9, 1997, p. 65 – 71.

_____ Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. da Conceição; DUARTE, M. Eugênia L. (Orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003, p. 81 – 96.

_____ Aquisição linguística em contexto de input variável: a emergência das variante de dativo. Belo Horizonte: *Revista Estudos Linguísticos*, v. 12, 2004, p.175 – 190.

FARIAS, Jair G. Variação entre a, para e em no português brasileiro e no português europeu: algumas notas. Porto Alegre: *Revista Letras de Hoje*, vol. 41, nº 1, 2006, p. 213 – 234.

GONÇALVES, Perpétua. The role of ambiguity in second language change: the case of Mozambican African Portuguese. *Second Language Research*, nº 18, 2002, p. 325 – 347.

GONÇALVES, Perpétua; CHIMBUTANE, Feliciano. O papel das línguas Bantu na gênese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativo e direcionais. *PAPIA*, nº 14, 2004, p. 7 – 30.

INJAI, Basílio F. S. *A subvariedade 'português crioulo guineense' – um caso de interlíngua*. Trabalho apresentado no IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Universidade Federal de Goiás, 2013.

LUCCHESI, D. A questão da formação do português popular do Brasil: notícia sobre um estudo de caso. Universidade Estadual de Feira de Santana: *A Cor das Letras*, nº 3, 1999, p. 73 – 100.

LUCCHESI, D.; MELLO, C. Alternância dativa. In: BAXTER, A.; LUCCHESI, D.; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 73 – 106.

MAIA, Marcus. Rastreamento ocular de sintagmas prepocionais ambíguos em português. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Revista da ABRALIN, v.9, nº 2, 2010, p. 11-36. Disponível em: <http://abralin.org/site/revista-abralin/edicoes-anteriores/2010-vol-9-no-2>

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MOLLICA, Maria C. M. A regência variável do verbo “ir” de movimento. In: SILVA, Giselle M. O.; SCHERRE, Maria Marta P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NEGRÃO, E. V.; FRANCHI, C.; MÜLLER, Ana. Um Exemplo de Análise e Argumentação em Sintaxe. *Revista da ANPOLL*, v. 5, 1998, p. 37-63.

NUNES, Jairo M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: KATO, M.; ROBERTS, I. *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 207 – 222.

OLIVEIRA, Marilza. *Uso de preposições no português como L2: complementos verbais dativos*. Brasília: Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN, 2005, p. 525 – 534.

PAGOTTO, Emilio G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: KATO, M.; ROBERTS, I. *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 185 – 206.

ROCHA, Ana P. Uso de preposições no português como L2: verbos de movimento. Brasília: *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*, 2005, p. 159 – 164.

SCHER, Ana P. *As construções com dois complementos no inglês e no português do Brasil: um estudo sintático comparativo*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1996.

SILVA, M. C. F. da. A perda do marcador dativo e algumas de suas consequências. In: CASTILHO, Ataliba T. de. (org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, 2007, p. 85 – 110.

TARALLO, F. *Tempos linguísticos*. Itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TORRES MORAIS, M. A. Sentenças bitransitivas e objeto indireto no português brasileiro. *Linha d'Água*, nº 25 (2), p. 25 – 50, 2012.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. de A. “Eu disse pra ele” ou “disse-lhe a ele”: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, Ataliba T. de. (org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro* – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato. São Paulo: Fapesp, 2007, p. 61 – 83.

TORRES MORAIS, M. A.; SALLES, H. M. L. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, n. 22, p. 181 – 209, 2010.

VAN HOECKE, W. The Latin dative. In: VAN BELLE, W.; VAN LANGENDONCK, W. The dative. v. 1. Descriptive studies. Amsterdam: John Benjamins, 1996, p. 3 – 37.

VIEIRA, Maria J. B. Variação das preposições em verbos de movimento. Londrina: *Signum Estudos Linguísticos*, v. 12, nº 1, p. 423 – 445, 2009.